



Anais da Assembleia

N.º 61

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 06 DE JUNHO DE 1978.

ANO IV

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 59.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 1978.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados José Domingos Scarpelini e David Federmann.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacii, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Francisco Escorsin. (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – O Expediente desta sessão será destinado a ouvir o Sr. Secretário dos Negócios da Segurança Pública do Estado do Paraná, General Alcindo Pereira Gonçalves, convocado por deliberação deste Plenário, a requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria, Líder do Movimento Democrático Brasileiro, com apoio de diversos Srs. Deputados.

O requerimento aprovado a 29 de março, teve a aquiescência de Sua Excelência o Sr. Secretário dos Negócios da Segurança Pública, para comparecer nesta sessão, à hora regimental.

Solicito dos Srs. Deputados Ezequias Losso e Lázaro Dumont que acompanhem Sua Excelência o Sr. Secretário que se encontra na sala da Presidência deste plenário, até à mesa.

Solicito dos Srs. Deputados que queiram arguir o Sr. Secretário de Segurança que se inscrevam perante a Mesa. E a Presidência concederá a palavra por ordem de inscrição.

(O Sr. Secretário de Segurança dá entrada ao plenário).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – A Presidência recebe, e concede assento à sua direita, ao Sr. Secretário de Segurança Pública.

Como tem sido praxe, nesta Casa, a Presidência ouvirá Sua Excelência, após o que franqueará a palavra aos Srs. Deputados que previamente tenham se inscrito junto à Mesa para dirigir as perguntas que considerarem necessárias para o esclarecimento do motivo que determinou a convocação de Sua Excelência.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário de Segurança Pública,

General Alcindo Pereira Gonçalves.

O SR. ALCINDO PEREIRA GONÇALVES – (Secretário de Segurança Pública) – Excelentíssimo Senhor Presidente, Deputado Ivo Thomazoni, demais componentes da Mesa, Excelentíssimos Senhores Deputados.

Eu me permito antes de fazer uma explanação dos assuntos gerais da Secretaria: (Lê)

“Numa análise rápida sobre a conjuntura criminal dos nossos dias, podemos inicialmente sugerir que o progresso, os avanços da tecnologia e a ambição do indivíduo conduzem ao surgimento de novas formas de desrespeito à lei. O crime é, a cada dia, mais fácil de ser perpetrado; a delinquência infantil se verifica com mais intensidade e gravidade que outrora, influenciada, entre outros fatores, pelo mal uso dos meios de comunicação de massa, com raras exceções.

Ante fatores tão adversos, a missão policial torna-se cada vez mais árdua, pois a sociedade, especialmente nas grandes concentrações urbanas, vive num clima permanente de tensão, exigindo uma imediata e eficiente resposta do organismo policial. Acrescente-se a essas dificuldades ainda a natural mudança de comportamento que a urbanização acelerada e desorganizada provoca ao homem, imprimindo-lhe um ritmo de vida cada vez mais carente de bens materiais, aliado a escassez de emprego, alta do custo de vida, achatamento de salários e outros que, fatalmente, levam os indivíduos menos preparados a uma atitude criminosa.

Ao lançar-se no trabalho de combate à criminalidade, a atual administração da Secretaria de Segurança Pública viu-se, desde logo, diante de dois graves problemas: a falta de elemento humano e de recursos materiais. O primeiro, que é crônico em quase todos os setores, seja público ou privado, assume maior proporção no caso de recrutamento de policiais, pois a filosofia atual da Secretaria de Segurança considera que não se deve ampliar o quadro de pessoal apenas em número, mas melhorá-lo também em qualidade. Para isso, é preciso um selecionamento rigoroso na admissão de novos policiais, seguindo ainda um programa de reciclagem nos antigos, que tenham ainda uma permanência razoável no serviço público. É necessário também oferecer condições dignas de trabalho e isto significa instalações novas e modernas, além de funcionais.

Aí vem o segundo problema, que hoje já não se apresenta tão grave, pois a agilização de recursos através do Funrespol e Funrestran permite a execução de grande parte do programa de obras e de reaparelhamento material. Nos últimos três anos, por exemplo, foram aplicados, pelos dois Fundos, perto de duzentos e trinta milhões de cruzeiros nas áreas da Polícia Civil, Polícia Militar e Detran. Com esses recursos, foram possíveis as conclusões de aproximadamente cinquenta obras civis, incluindo delegacias de polícia e quartéis militares. Foram adquiridas, ainda, com parte desses recursos, um total de trezentos e dezessete novas viaturas, grande parte destinada à reposição de frota da Polícia Civil. Com uma arrecadação anual de quarenta a cinquenta milhões de cruzeiros, cada um, os dois Fundos permitirão ainda, durante este ano, o investimento de cerca de cem milhões de cruzeiros para a aquisição de uma centena de novas viaturas e entrega de quase vinte novos prédios policiais e militares.

Uma conquista isolada, mas que merece destaque, é o trabalho que hoje desenvolve o Instituto de Identificação do Estado visando implantar o moderno sistema de computação eletrônica na expedição de documentos. Só para estudos de

viabilidades e de implantação, foram gastos, até o momento, mais de dez milhões de cruzeiros. No próximo mês de julho, deverá ser iniciada uma fase experimental de expedição de documentos por esse método, concluindo, assim, uma antiga aspiração de administrações anteriores da Secretaria de Segurança."

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Pela ordem de inscrição dos Srs. Deputados, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, primeiro Deputado inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA – Lamentando, Sr. Presidente, ter de interromper a participação já de início do eminente Deputado Lázaro Dumont, entendo, todavia, que devemos iniciar este trabalho à luz da matéria que deu origem à convocação de Sua Excelência, o Sr. Secretário de Segurança.

Sendo assim, pleiteio à Mesa que nos deferisse condições para, com base no requerimento originário da questão, pudéssemos iniciar o questionamento à Sua Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – A Presidência não tem nada a opor às pretensões do eminente Líder da bancada do Movimento Democrático Brasileiro. E considera válida a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado. A Presidência entende válida a praxe levantada por esta Casa de receber, na Mesa, as inscrições dos Srs. Deputados, deferindo-lhes a prioridade do uso da palavra pela ordem decrescente.

Todavia, não se furta a lhe conceder a palavra para que Vossa Excelência possa, como pretende, à luz do documento convocatório, falar em nome da ilustre bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Concede-lhe a palavra.

O SR. ENÉAS FARIA – Sr. Presidente, eminente Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná:

Vossa Excelência, com suas palavras iniciais, com o preambular da sua participação nas questões de hoje a serem debatidas, deve receber, já de início, a nossa homenagem porque alarga Vossa Excelência, o elenco das questões a serem levantadas, porque Vossa Excelência, generosamente até, deixando de lado a questão eminentemente convocatória, se propõe a um debate mais amplo, a uma explanação mais alargada sobre todas as questões que envolvem a segurança pública, no Estado do Paraná.

Tenho certeza, Sr. Secretário, que, os meus companheiros de bancada e os demais companheiros desta Casa haverão de, sequiosos, buscar e colher, junto a Vossa Excelência nesta oportunidade, informações de todos os escaninhos das questões policiais paranaenses. Todavia, me parece, e a mim me competiria, Sr. Secretário, que, iniciássemos a nossa tarde de trabalhos de hoje, fundados na questão que deu origem à sua presença, hoje, nesta Casa, embora, Sr. Secretário, estejamos defasados no tempo, embora, Sr. Secretário, o passar do tempo tenha, quem sabe, até proporcionado que outras incidências viessem dar cunhos novos à questão original. Todavia, esta Casa me parece, se preocupada naquele momento, continua preocupada até hoje; esta Casa, agulhada na sua consciência naquele momento, continua, até hoje, carente e esperançosa de colher as informações e os rumos que devem nortear a segurança, para basear a tranquilidade paranaense.

Esta Casa, eminente Sr. Secretário, aprovou, por iniciativa da bancada do MDB, mais com o apoio unânime de todos os Srs. Deputados de ambos os Partidos que aqui têm assento, o requerimento que eu me permito, na íntegra, relembrar a Vossa Excelência:

"Tendo em vista as reiteradas ações ilegais ocorridas em território paranaense, algumas delas configurando delitos de seqüestros, sem que até esta data tenha havido apuração

de tais fatos, e, mais lamentável ainda, sem que se tenha seguras manifestações de que haja ou tenha havido interesse em elucidar tais ilícitos, e, ainda, considerando o Excelentíssimo Sr. General Alcindo Pereira Gonçalves, Titular da Secretaria de Segurança, em recente declaração pública, àquela época, divulgada pela imprensa do Paraná e do Brasil, ao afirmar que comandaria e participaria de seqüestros, tornou-se clara, evidente e alarmantemente incurso em ilícitos penais. E mais ainda – tudo se somando e se vinculando, é, a situação, de molde a configurar um dos mais sérios e preocupantes quadros já vividos pela família paranaense, à mercê, agora, da intranquilidade, do medo e da insegurança."

Creio, Sr. Secretário, que seria fastidioso relembrar os acontecimentos, dizer que vivemos, no Paraná, alguns dias de desinformação e de insegurança, quando, um grupo de cidadãos acabou moldando a figura de um seqüestro, desaparecidos, quando, anteriormente, no interior de uma Delegacia especializada, sob o comando de Vossa Excelência, anteriormente um professor que lá fora ter sido, segundo as declarações que a imprensa declarou e o próprio depoimento da vítima, de lá seqüestrado. Creio que seria, volto a dizer, fastigioso rememorar os detalhes, mas a questão preliminar fere incisivamente estes assuntos e estes elementos. Ficariamos profundamente gratos se Vossa Excelência iniciasse a sua participação com esclarecimento a esta Casa de portanto, ao Paraná, de tais questões.

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Excelentíssimo Sr. Deputado Enéas Faria. Eu vou lhe responder por partes. Existe o seqüestro da professora Juracir-da Veiga, que o Sr. se referiu e o suposto seqüestro do professor de Apucarana.

Vou me referir primeiramente ao caso da professora Juracilda Veiga, que, evidentemente, gerou um fato principal e que os jornais publicaram que eu havia dito participar de um seqüestro.

Estava eu sendo, vou me referir, do que eu tinha declarado que participaria do seqüestro. Estava eu sendo ouvido por um grupo de jornalistas, a respeito do caso da professora Juracilda Veiga, quando um me perguntou se eu participaria de uma ação deste tipo, quer dizer, prender uma pessoa assim, em defesa da segurança nacional. Eu disse que sim. E ele disse: então o Sr. participaria do seqüestro? Eu digo: Não. Eu participaria de uma ação baseado na Lei de Segurança que permite prender uma pessoa sem mandado de prisão e sem flagrante. A Lei de Segurança 898 permite evidentemente, prender uma pessoa nessas condições, ou o Dr. da Polícia Civil, Diretor, Dr. Jerônimo Maranhão, que se encontrava juntamente comigo, deu explicações mais detalhadas ainda, tanto que os jornais do Paraná, nenhum deles publicou este fato no momento. Só os jornais de São Paulo e o "Jornal do Brasil" do Rio foi que publicou que eu era a favor do seqüestro. Depois os jornais do Paraná republicaram o que havia sido publicado nos jornais de São Paulo e do Rio, mas inicialmente os jornais do Paraná aceitaram a explicação que eu não participaria do seqüestro, e sim de uma ação semelhante em defesa da segurança nacional, baseado, fazendo uma prisão com amparo na Lei 898, Lei de Segurança Nacional. Foi isso que eu disse. Não desmenti evidentemente, porque estabelecer uma polémica e eu comuniquei o fato às autoridades, ao Governador dizendo que se publicassem e continuassem a publicar nesse sentido eu iria desmentir, inclusive também a revista "Veja" publicou. E não desmenti porque depois pararam de publicar e eu achei melhor deixar o assunto morrer assim mesmo.

Agora eu, numa ação assim de seqüestro evidentemente, seria uma ação violenta, eu invoco aqui as funções que eu exerci e o conhecimento que todos aqui da terra têm de mim: há quarenta anos eu vivo aqui no Paraná. Estou habituado a exercer autoridade desde a idade de vinte anos. Nunca abusei desta autoridade e testemunha propriamente, eu posso citar

até todos os senhores aqui que me conhecem.

Evidentemente, como iria eu participar de uma ação tão violenta e tão ilegal? Se o passado de um homem nada adianta, então eu não tenho nada a responder. Fui instrutor do C.P.O.R. e muitos aqui foram meus alunos. Quase todos os que ocupam posições de destaque aqui no Paraná foram meus alunos. Sempre exerci autoridade e uma coisa que me orgulho de saber, é exercer a autoridade. Fui cinco anos Superintendente da Polícia Federal. E os senhores sabem que fui superintendente, numa época um pouco difícil. Se lá eu nunca cometi uma arbitrariedade, como eu iria agora dizer de público que iria participar de um seqüestro?

Eu tenho impressão que eu não posso explicar mais nada, a não ser a vida que eu sempre levei, o meu modo de agir, toda vida, nas funções que eu sempre desempenhei, eu só respondo com o que eu já fiz. Não posso responder mais, agora, a não ser a minha palavra contra o que o jornal publicou.

Quanto ao caso da Professora Juracilda, evidentemente, que eu preparei, aqui, porque a convocação é, praticamente, específica, nesses casos.

Então, me permito ler, para evitar quebrar a seqüência dos fatos:— (Lê)

"Em data de dezesete de março do ano em curso, compareceram na Delegacia de Vigilância e Capturas a Irmã MARIA DO PILAR REPULLES BENITO, Diretora do Colégio Conego Camargo, sito a Rua Iriri, Bairro Alto, nesta Capital, ELZA JOAQUINA SANTANA, MARIA LANGE e ANTÔNIO EPIFÂNIO DE MELO, os quais registraram uma queixa junto aquela Especializada no sentido de que a professora JURACILDA VEIGA, recém-nomeada para ministrar aulas daquele Colégio, fora seqüestrada por três elementos, os quais ocupavam uma Caminhoneta marca Chevrolet, tipo Veraneio (C/10), de cor azul, sem contudo descrever maiores detalhes, a não ser a placa que seria de São Paulo HV-2408.

Dois dias após, ou seja dia dezenove de março, JURACILDA reapareceu nesta Capital, declarando ao Advogado WAGNER ROCHA D'ANGELIS e ao Bispo DOM DOMINGOS, representantes da Comissão de Justiça e Paz da Curia Metropolitana, que, após seqüestrada, foi interrogada e submetida a identificação própria utilizada pelos órgãos policiais após o que, foi liberada na cidade de Registro, Estado de São Paulo, sendo socorrida pelo Padre MARIANO, vigário daquela cidade, donde retornou a esta Capital. Aliás sempre houve por parte de WAGNER ROCHA D'ANGELIS certa afinidade com a vítima, portanto esta é namorada ou noiva do irmão do mesmo, de nome WILMAR ROCHA D'ANGELIS.

Em razão da grande repercussão dos fatos, amplamente divulgado pelos meios de comunicação da Capital — Jornal, Rádio e Televisão, inclusive pela própria revista "Veja", de âmbito nacional, determinei instauração de rigoroso inquérito policial a respeito, para tanto foi designado o Dr. Juarez Lustosa dos Santos, — da então DOPS - delegacia de Ordem, Política e Social.

Preliminarmente foram ouvidos o Advogado WAGNER ROCHA D'ANGELIS, dizendo-se representante da seqüestrada, o Bispo DOM DOMINGOS, ambos membros da Comissão de Justiça e Paz, os quais retransmitiram a autoridade policial os fatos narrados por JURACILDA VEIGA, inclusive apresentando uma declaração da mesma, onde procurava dar a versão do seqüestro, cujo documento não tem valor jurídico, porquanto não é assinado pela declarante.

Desde o início das investigações, a autoridade encarregada, bem como o Titular do então DOPS — Dr. OZIAS ALGAUER — não mediram esforços no sentido de que os fatos fossem esclarecidos, passando radiograma a São Paulo para que fosse identificado o proprietário da Veraneio utilizada pelos seqüestradores, para a localização da vítima para que fosse submetida a exame de lesões corporais e declarar oficialmente

tudo o que ocorrera durante o seqüestro de que fora vítima. Mas JURACILDA VEIGA, possivelmente instruída, omitiu-se desse procedimento, ficando em lugar incerto, para onde também foram providenciadas comunicações visando a localização da vítima, notadamente para a cidade de Cascavel, onde o Delegado de Polícia local desenvolveu investigação e diligências sem êxito para que fosse encontrada JURACILDA.— (Informação de DOM DOMINGOS).

Tornou-se o ocorrido em fato "Sui generis" nas lides policiais, porquanto não só eram procurados os seqüestradores, mas também a vítima, figura central do procedimento investigatório, para que fosse submetida a exame de lesões corporais e aqueles a responsabilização do delito cometido.

As testemunhas ouvidas no inquérito policial são unânimes em declarar que não viram JURACILDA ser seqüestrada, pormenor esse somente visto por criança, alunos dela, que a acompanhavam por ocasião do término das aulas no Colégio Conego Camargo, não confirmavam as afirmativas dos órgãos de imprensa sobre as características dos ocupantes do veículo (Veraneio) e mesmo da viatura.

Concluídas as diligências que estavam ao alcance da autoridade policial e findo o prazo regulamentar do inquérito em âmbito de Delegacia, foi o mesmo remetido a JUIZO, sem contudo ser ouvida a vítima, pelo seu não atendimento a convocação.

Por solicitação da Ordem dos Advogados do Brasil — Secção do Paraná — foi designado o criminalista RENÊ DOTTI para acompanhar o procedimento investigatório, sendo que o mesmo, solicitou à Procuradoria Geral da Justiça a designação de um Promotor de Justiça também para acompanhar a caso em referência.

Recaído tal designação na pessoa do Promotor de Justiça — Dr. RUI BARBOSA CORREA FILHO — os quais passaram a presenciar todas as diligências e procedimentos das autoridades policiais referentes ao caso.

Em data de vinte de abril, portanto, quinze e três dias após o seqüestro, JURACILDA VEIGA foi apresentada na DOPS, pelo advogado RENÊ DOTTI, sendo ouvida procurou pormenorizar os fatos ocorridos com sua pessoa. Afirma que vinha sendo ameaçada através de cartas anônimas por um órgão clandestino denominado "Comando da Caça aos Comunistas", sendo que em uma dessas cartas relatava fatos acontecidos recentemente, relacionados com sua pessoa, evidenciando-se assim, certo conhecimento de sua vida privada com os próprios ameaçadores. Faz também alusão ao seu relacionamento com indivíduos fichados pelos órgãos de segurança, inclusive aos que foram presos no dia dezoito de março pelo Departamento de Polícia Federal, um dia após ser seqüestrada.

Que durante o tempo em que ficou custodiada pelos seqüestradores, sofreu lesões corporais, sem contudo haver qualquer manifestação dos mesmos com referência a atentado de natureza sexual. Na madrugada de dezenove de março, foi liberada nas proximidades da cidade de Registro, Estado de São Paulo, sendo socorrida pelo Padre MARIANO, vigário daquela paróquia. Após o que, retornou a esta Capital, ficando sob os cuidados da Comissão de Justiça e Paz em Seminários, donde foi levada para a cidade de Cascavel, também ficando em lugar ignorado, porquanto buscas foram procedidas pelo Delegado local, sem contudo encontrá-la.

Na ocasião em que estava sendo ouvida, em presença do Promotor Rui Barbosa e do Advogado René Dotti, Juracilda fez alusões com referência a semelhança entre a Veraneio que fora seqüestrada e a utilizada pela DOPS, sendo que tanto o Dr. Ozias Algauer, quanto o Dr. Lustosa, se prontificaram em deixar, não só as viaturas da DOPS, mas também as suas dependências e funcionários ali lotados à disposição da vítima para reconhecimento, tendo-se negado a tal procedimento.

Também na ocasião foi entregue uma declaração assinada

pelo médico NILSON PELEGRINI, na qual declara que deu atendimento à vítima, isto no colégio Madalena Sofia, cuja declaração, além de não apresentar valor jurídico algum, deixou certa dubiedade em confronto com a declaração prestada pelo médico em referência e o acadêmico Luiz Bueno, pessoa esta que efetivamente dera atendimento à vítima, além de não ter sido receitado medicação alguma para a JURACILDA, estando portanto a mesma em condições físicas satisfatórias, porquanto, se alguma anormalidade fosse constatada o médico ou o acadêmico seriam os primeiros a recomendarem, o que não foi feito.

Submetida JURACILDA à exame de lesões corporais pelo Instituto Médico Legal, isto após trinta e três dias do seqüestro, nada foi constatado pelos médicos legistas, confirmando-se, assim, o desinteresse da própria vítima, em colaborar para o esclarecimento do fato. Corroborando a afirmativa do médico NILSON PELEGRINI e do Acadêmico LUIZ BUENO de que a vítima não tinha necessidade de medicação, tão logo retornou a esta Capital.

Sempre taxamos este fato como "sui generis" nas lides policiais, porquanto a autoridade, além da preocupação em localizar os delinquentes como responsáveis pelo seqüestro, também tiveram que intensificar as diligências para a localização da vítima JURACILDA DA VEIGA que, nos pareceu se furtava propositadamente do esclarecimento dos fatos, que deveria ter o maior empenho na sua elucidação, ficando assim, uma certa desconfiança se efetivamente ocorreu um seqüestro ou se a vítima está se fazendo causa voluntária de fato não ocorrido.

Tenho conhecimento que o inquérito policial retornou à Divisão de Segurança e Informações, antiga DOPS, para que as diligências requeridas pelo promotor de Justiça RUI BARBOSA CORREA FILHO sejam cumpridas, entre as quais, audiência de novas testemunhas, reconhecimento pela vítima das dependências da antiga DOPS, cartas precatórias a outras cidades, cujos procedimentos estão sendo cumpridos dentro do prazo concedido pelo Juiz da 5.^a Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado."

É isso, meus Senhores, Deputado Enéas Faria, o que eu tenho a dizer sobre o caso Juracilda Veiga.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência consulta ao Sr. Deputado se está satisfeito com a resposta da arguição de Vossa Excelência.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente.

Evidentemente, que colhemos as informações preliminares do Sr. Secretário para nos atermos depois a novas indagações.

Como Sua Excelência se mostra muito afável em expor as questões, penso também, que como relata, e nós vamos agora neste primeiro período aprofundar questionamentos. Mas, como relata com minudência a questão da Professora Juracilda, penso que deva Sua Excelência também ter trazido ou estar informado, com relação a questão do Professor, que teria sido seqüestrado nas dependências da própria Delegacia de Ordem Política e Social, em nossa Capital.

O SR. ALCINDO GONÇALVES. — Perfeitamente. (Lê):

"Em data de vinte e quatro de janeiro de 1.978, o nomeado compareceu na então Delegacia de Ordem, Política e Social, ocasião em que requereu uma certidão negativa de antecedentes para fins de magistério, cujo pedido foi indeferido pelo Titular da Delegacia por registrar antecedentes.

Retornando à DOPS em data de vinte e sete a fim de apanhar a certidão requerida, tomou conhecimento de que seu pedido havia sido indeferido, e após, retirou-se da Delegacia e, à saída, foi detido por elementos da 5.^a RM, que fora avisada de sua presença naquela Delegacia, uma que já havia solicitação anterior para sua localização, a fim de prestar declaração.

Segundo informação, o referido elemento foi ouvido em dependências da 5.^a RM. e liberado posteriormente.

Consta, ainda, que em suas declarações o referido professor, confirmou haver se filiado ao P.C.B. em 03/60 e pertencera a O.B. (Organização de Base) do P.C.B. junto a U.F.F. e contribuía financeiramente para o partido."

Após a prisão do Professor, evidente que ele fugiu à nossa alçada, porque ele foi levado para as dependências da 5.^a RM.

Os crimes de subversão são tratados pelo Exército ou pela Polícia Federal, nós só, apenas avisamos que comparecia lá, e havia um pedido, se ele comparecesse fosse detido, para prestar declarações.

Eu tenho impressão, que ele ficou, pelo que eu soube, quatro dias detido, prestou declarações, foi embora, e informação que eu tenho também, que não quis ser submetido a exames de lesões corporais porque, não sofreu nenhuma sevícia, porisso não quis ser submetido a exames de lesões corporais.

Depois, não sei mais nada, além disso, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência consulta aos Sr. Deputado se está satisfeito com a resposta.

O SR. ENÉAS FARIA — Preliminarmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Por ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Lázaro Dumont, com as desculpas da Presidência, por não havê-lo feito anteriormente, em função de haver decidido questão de ordem, validando as pretensões do Líder do MDB.

O SR. LÁZARO DUMONT — Estão aceitas as desculpas, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, General Alcindo, inicialmente, queremos nos parabenizar com Vossa Excelência, pela maneira com que se dispôs a vir até a nossa Casa, mostrando assim o alto espírito público que Vossa Excelência possui.

Eu vou fugir do assunto que foi até agora mencionado.

Quando era Governador do Paraná o Sr. Emílio Gomes, e Secretário, do Interior e Justiça, na época, o atual vice-Governador, Dr. Octávio C. Pereira Júnior, foi propalado, inclusive, chegou-se a adquirir uma área de terra no Município de Londrina, próximo ao Distrito de Tamarana, onde seria construído ali uma penitenciária agrícola.

Infelizmente, o projeto teve solução de continuidade, e hoje o Norte do Paraná não conta com a sua penitenciária agrícola.

O problema hoje carcerário, não só de Londrina, mas do Norte do Paraná, Vossa Excelência muito melhor do que a gente reconhece que é bastante precário. E se nós levarmos em consideração, por exemplo, a cidade de Londrina que não significa somente Londrina, mas praticamente uma região onde a sua população é quase idêntica à população metropolitana aqui de Curitiba, a gente percebe exatamente uma diferença muito grande, desde todo o sistema carcerário, de pessoal, e viaturas, ou de qualquer tipo de segurança, realmente naquela região.

E recentemente nós tivemos oportunidade e a reivindicação não é só nossa, inclusive é da própria corporação de Londrina, onde se propõe, ou se solicita, a construção de uma penitenciária, lá para a região de Londrina, onde se poderia retirar do Centro de Londrina hoje, o atual presídio que Vossa Excelência conhece, também bastante precário, principalmente no oferecimento do próprio local, de trabalho, desde o Delegado Chefe, até seus auxiliares, principalmente também, na questão de Carteiras de Identidade e tudo o mais.

Onde as janelas do referido presídio fazem fundo para ruas de muito movimento e constantemente, tanto os presos, por parte dos transeuntes que, sem nenhuma consideração para com aquele que está lá dentro, lhe dirige ofensa da rua, em direção do presídio, como também dos presos do presídio, em direção àqueles que passam pela rua.

Então, nestas condições, Sr. Secretário, gostaria de fazer

perguntas a Vossa Excelência — Vou fazer as perguntas e depois Vossa Excelência responde.

A primeira delas seria: se há nos planos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, já que a nossa penitenciária agrícola que estaria subordinada à Secretaria de Justiça, não teve condições de ser implantada, — se está no plano da Secretaria de Segurança Pública, a construção de um presídio que venha realmente dar condições, tanto de trabalho, como para que se mantenha estes presos lá em Londrina, consequentemente em toda a região norte.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Eu poderia responder por parte, que fica melhor?

O SR. LÁZARO DUMONT — Pois não.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Senão depois eu posso me perder.

A Secretaria de Segurança tem muitos presos que deveriam estar no presídio. Mas por falta dos presídios já estarem com uma superpopulação carcerária, a Secretaria de Segurança, muito embora não seja da sua competência, ela tem procurado resolver o problema que é um problema afinal, qualquer problema também é nosso, muito embora não seja específico da Secretaria de Segurança.

Isso acarreta para nós o encarecimento na construção das sub-divisões. Nós estamos fazendo sub-divisões com a parte carcerária, verdadeiras penitenciárias, quando não é da nossa competência. Mas nós estamos vendo que este problema, na parte da Secretaria de Justiça não será resolvido muito a curto prazo. E como nós já estamos com os presos mesmo, o problema está na nossa mão, porque nós prendemos o homem; mandar para Curitiba não cabe no presídio, não podemos soltar, temos de ficar com ele; então já que nós temos que ficar com ele, estamos procurando resolver o problema. Estamos fazendo uma sub-divisão em Campo Mourão, Pato Branco, Umuarama, fizemos em Foz do Iguaçu. Essas três que citei anteriormente, ficam prontas dentro de dois ou três meses. E a de Foz do Iguaçu já está pronta.

E já prevendo que temos que ficar com esses presos que estão no presídio, porque não tem presídio, então, transformamos a cadeia pública em presídio. Presídio seria da Secretaria do Interior e Justiça. Mas, como estamos com essa responsabilidade, então, já estamos providenciando assim, porque o problema não será resolvido nem a médio prazo. O que acarreta o problema é o encarecimento da sub-divisão.

Agora, vou explicar ao Senhor porque não fizemos ainda em Londrina e Maringá; é que existem outras cadeias em: muito piores condições: a de Campo Mourão foi interditada pela Saúde Pública; em Pato Branco não havia; a de Foz do Iguaçu tinha um buraco por onde poderiam passar uns dez homens por ele. Era uma calamidade. A cadeia de Umuarama era de madeira.

Então, Vossa Excelência vê que apesar de Londrina, Maringá e Cascavel não estarem em boas condições, ainda são as melhores.

Estamos providenciando, agora, Cascavel. E há uma previsão de que, para o próximo ano, sejam feitas as de Londrina e Maringá.

De forma que estamos resolvendo um problema que, embora não sendo nosso, é do Estado. E de qualquer maneira, temos condições. Encarece um pouco. Mas, como o problema está conosco, o pegamos.

O SR. LÁZARO DUMONT — No preâmbulo de Vossa Excelência, enumerou alguns fatos que acarretariam a dificuldade de atuação da própria Polícia: aumento de criminalidade, alta do custo de vida e uma série de fatores que Vossa Excelência enumerou.

Eu faria uma pergunta dividida em duas partes: primeiro, hoje, todos sabemos da repercussão que está tendo o êxodo rural nas cidades. Então a pergunta seria esta: o êxodo rural tem contribuído para o aumento da criminalidade?

A segunda parte de minha pergunta: a delinquência juvenil tem aumentado também em virtude desse êxodo rural? O SR. ALCINDO GONÇALVES — Evidentemente, que o êxodo rural aumenta o índice de criminalidade. O pessoal que não é habilitado para viver na cidade grande, não consegue emprego, é uma mão-de-obra não especializada, e dificilmente encontra emprego nas cidades.

E quanto ao que se refere à delinquência juvenil, ela é aumentada bem como a criminalidade.

O problema é que a Polícia resolve problemas que são sociais e policiais. Tem que resolvê-los quase que sozinha, vem combatendo os efeitos. E as causas são combatidas com muita morosidade.

Está aí o exemplo da prostituição, delinquência infantil, drogas. Nós combatemos praticamente os efeitos. E as causas são difíceis de se combater. Nós reconhecemos isso. E recai tudo sobre a Polícia.

O que aparece mais a Polícia tem resolvido de imediato. Agora, o êxodo rural, evidentemente, tem contribuído muito para o aumento da criminalidade.

O SR. LÁZARO DUMONT — Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência consulta o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino se quer argüir posteriormente. A assessoria traz uma informação que Vossa Excelência pretende protelar. Então, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Inicialmente, Sr. Secretário ALCINDO GONÇALVES, tivemos oportunidade de, na última semana, assistirmos alguns programas de televisão nos quais a opinião pública pôde ter subsídios valiosos para apreciar o trabalho das autoridades da Segurança.

Bem sabemos que, realmente, é um trabalho não muito gratificante perante o reconhecimento público, o da autoridade policial, ter sempre que dar satisfação de todos seus atos, de impedir o aumento da criminalidade, quando às vezes, ou na maioria das vezes, as causas da criminalidade não dizem respeito à polícia, mas de outros fatores que não cabe aqui nós discutirmos.

Enfim, eu quero, antes de um elenco de perguntas que tenho, deixar bem claro, bem explícito o entendimento que eu faço de que é bastante difícil, árdua e espinhosa, a tarefa do policial. Daí não leve Vossa Excelência a outras interpretações pelas perguntas que eu possa fazer.

Porque me parece, que aqui nesta Assembléia, estejamos nós representando, ou procurando traduzir talvez, a curiosidade da população a que temos que representar. E também a insegurança que muitas vezes esta população sente e que nos faz chegar e ter conhecimento dela. Especificamente, é o caso do sequestro da professora Juracilda. Vossa Excelência, no seu relato, afirmou que a Delegacia de Vigilância e Capturas teria recebido uma queixa da Diretora do estabelecimento de ensino onde a seqüestrada recentemente lecionava.

Eu indagaria inicialmente, porque não foi esta Delegacia que tomou conhecimento do caso, encarregada de apurar este fato? Por que foi encarregada a DOPS de apurar o caso e não a Delegacia que recebeu a queixa?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — O Dr. Lustosa foi designado como Delegado especial para tratar deste caso especificamente, como Delegado especial, e ele estava na DOPS. Só por isto. Não tem ...

O SR. NILSO SGUAREZI — Então, não foi a DOPS?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Foi o Delegado Dr. Lustosa que estava na DOPS.

O SR. NILSO SGUAREZI — Estava na DOPS, mas não foi a Delegacia de Ordem Política e Social encarregada?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não. Não foi. Foi o Dele-

gado Dr. Lustosa, designado para fazer isto.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu indagaria então, por que, sistematicamente, o Delegado Titular da DOPS, Dr. Osias, vem tendo uma participação extensiva neste inquérito? E relato até um fato ocorrido recentemente, quando por interveniência do Dr. Osias, o Advogado representando a Comissão de Justiça e Paz, Dr. Wagner D'Angelis, conforme a imprensa noticiou, foi impedido de acompanhar a vítima quando a mesma foi fazer um reconhecimento de pessoas na DOPS.

Por que a interveniência do Dr. Osias, se ele não é o encarregado do inquérito?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Em nenhum momento eles estavam prestando declarações ao Dr. Osias, porque, eu francamente não posso explicar, estavam prestando declarações ao Dr. Osias, a Juracilda foi ao Dr. Osias. Agora, quanto ao impedimento do Dr. Wagner D'Angelis, ele era testemunha. Testemunha não pode prestar declarações, nem da vítima nem do réu.

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas, eminente Secretário, a Lei n.º 4.215, que é o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, diz em um de seus artigos:

"Recusar-se-á a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte".

Vossa Excelência, inicialmente, citou alguns fatos que tornariam nulo, ou, não tornariam legal o depoimento da vítima, no inquérito, porque ela não teria comparecido pessoalmente. Então, eu também vejo, aqui, uma irregularidade cometida pela autoridade policial, ao tomar depoimento inicial, desse advogado, quando, pelo próprio Estatuto da Ordem e isto é fato corriqueiro em todas as Delegacias, todos os Delegados sabem disto, de que o advogado realmente não pode depor.

Então, o Sr. tem alguma explicação, ou, o Sr. teve conhecimento de que a polícia se deu conta de que a própria autoridade policial cometeu uma irregularidade, ao tomar o depoimento desse advogado, se, ele compareceu, inicialmente, como representante da vítima? Porque de advogado, ele passou a testemunha.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Ele apresentou uma declaração, por escrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Então ele apresentou uma declaração, como representante, como advogado da vítima?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Ele apresentou uma declaração mas não como advogado da vítima, ele apresentou, como fazendo parte da Comissão, apresentou uma declaração de que a vítima teria declarado, a ele, juntamente com outros documentos da vítima, assinados pela vítima, dizendo que o que ela havia declarado, a ele, valia.

É uma questão "sui generis", uma questão muito esquisita, isto não quer dizer que queiramos que valha, ou não, é a Justiça que não aceita uma declaração, um depoimento que não seja na presença da pessoa, e assinado pela própria pessoa, na hora, como declaração. Não é válido isto. Não é que nós queiramos ou não que seja válido, é o Juiz que não aceita.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Secretário, o inquérito foi determinado, de ofício, o que quer dizer então, que a ação era de ordem pública, porque a ação é de ordem pública, crime de seqüestro, de ordem pública?

No meu entendimento eu acho, então, de que é irrelevante o fato, por exemplo, de a vítima ir prestar depoimento. No caso de um crime de homicídio em que a vítima desaparece e em que às vezes não é encontrado o corpo de delito, o cadáver, então, a autoridade ficaria restringida a cumprir esta formalidade de depoimento, para, depois, iniciar as investigações? Parece-me que, se a ação é de ordem pública, era irrelevante a forma-

lidade do depoimento da vítima, de ter que ir pessoalmente. Parece-me que a autoridade poderia, perfeitamente, ir tratando das outras diligências, principalmente pela conotação pública e divulgação que o caso alcançou.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Foi, como eu já disse, um caso "sui generis", não tínhamos um ponto de partida, porquanto a vítima se encontrava viva, mandou uma declaração por escrito, e se negava a comparecer. Por esta razão eu estou achando este caso, "sui generis" e esquisito, a vítima não se apresentava, não se encontrava hospitalizada, prestou uma declaração e se negava a comparecer, para prestar declarações. Poderia comparecer, com o advogado que fora designado, o Dr. René Dotti e que fora designado pelo Promotor, quer dizer, na presença dele, poderia prestar sem coação alguma, qualquer declaração. Agora, os elementos que nós colhemos, eram muito poucos. Primeiro, porque, as pessoas que compareceram não presenciaram o fato. Nós andamos investigando, andamos diligenciando, andamos aqui e ali, e, não apareceu a carta de ameaça a ela, procuramos a placa de São Paulo, também a placa não existia mais, era a placa de um Gordini que não usava mais essa placa. Então Vossa Excelência tem que entender que nós tínhamos muita dificuldade, porque não tínhamos por onde começar.

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas nenhuma das testemunhas confirmou de que foram vistos três homens conforme a imprensa oficiou?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não, porque elas podem dizer que não viram. Só as crianças viram.

O SR. NILSO SGUAREZI — Não há nenhuma testemunha que confirme esse fato então?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Pelo menos no inquérito, não. Disseram que não viram. Todos souberam que ela estava absolutamente em companhia das crianças.

O SR. NILSO SGUAREZI — E das crianças não foi tomado depoimento de nenhuma delas?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não. Das crianças não, porque eu acho que tomar depoimento de menor assim, de crianças de primário, não é ...?

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas inclusive, nas diligências que a Polícia fez as crianças relataram?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não.

O SR. NILSO SGUAREZI — A Polícia não procurou o esclarecimento das crianças?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não. As crianças não foram ouvidas. Agora, a própria Juracilda declarou que a caminhoneta parecia com a caminhoneta tal, da DOPS, mas, depois — não entendo porquê — se negou a reconhecer.

Se negou a reconhecer as dependências que ela achava que eram dependências policiais, tanto que o promotor, achando tão importante isso, mandou agora que fosse feito isso.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sei. Secretário, a seqüestrada disse de que teria sido seqüestrada por policiais.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não afirmou. Ela acha que eram policiais.

O SR. NILSO SGUAREZI — Ela acha que eram policiais.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — É. Acha que eram policiais.

O SR. NILSO SGUAREZI — Parece que ela relatou que teria sido identificada e fotografada.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — É. Relatou que teria sido identificada. Fotografada também?

O SR. NILSO SGUAREZI — Fotografada. Exato, o que seria uma praxe normal da Polícia.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Sim.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu tenho conhecimento e a imprensa também relatou que essa caminhoneta que a vítima teria sido conduzida, teria as mesmas características de uma caminhoneta que apareceu em Apucarana, fazendo investigações a respeito daquele professor que teria também

sido seqüestrado. Dois fatos, então. E um terceiro fato. Uma testemunha ouvida nesse inquérito, estudante Carlão – e isso me parece, consta do inquérito – teria reconhecido num dos seus interrogadores na DOPS, a mesma voz de um de seus seqüestradores. Terceiro fato: então desses fatos, não ficaria a DOPS, do Paraná, assim sob uma certa suspeita, ao menos através de indícios, não com provas, mas de indícios, não ficaria suspeita, e não entenderia Vossa Excelência, de numa medida salutar, considerar então para que a autoridade policial se estivesse assim, com total isenção de ânimos, não consideraria Vossa Excelência uma medida salutar, retirar da alçada desse delegado da DOPS, esse inquérito, uma vez de que através desses indícios, ao menos a opinião pública é levada a entender de que teriam sido elementos da DOPS, os seqüestradores da Professora Juracilda, e para que a autoridade policial ficasse com uma total isenção de ânimos, não entenderia Vossa Excelência que seria uma medida salutar, designar esse inquérito para uma outra autoridade policial, que não um delegado vinculado à DOPS?

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Aí se parte do princípio de que teria sido a DOPS, para lançar essa suspeição sobre o delegado, nós partimos do princípio de que já estava em parte, concordando que seria a DOPS.

Porquanto há uma certa discrepância. Uns declararam que a caminhoneta era azul. A Juracilda declarou que a caminhoneta era como a da DOPS. A da DOPS não é azul. É verde, se não me engano. Verde escuro, de forma que não havia razão para essa suspeição com o delegado.

O SR. NILSO SGUAREZI – Mas o fato de ir levá-la para reconhecer as dependências da antiga DOPS, conforme Vossa Excelência, bem afirmou. Todos esses fatos, todos esses indícios...

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Na época a DOPS ainda funcionava lá.

O SR. NILSO SGUAREZI – Certo, mas eu digo agora. Não entenderia Vossa Excelência e daí a interpretação de que eu peço do entendimento que Vossa Excelência faz, de que não seria salutar para a Polícia ou para a DOPS do Paraná, porque esses fatos levam, esses indícios levam a uma suspeição, de a DOPS poder ser acusada desse seqüestro. Parece-me que seria uma medida salutar que Vossa Excelência poderia tomar, no sentido de tirar esse delegado da DOPS e ser colocada outra autoridade, que ficasse livre e acima de qualquer suspeita.

O SR. ALCINDO GONÇALVES – De qualquer maneira teria que ser um Delegado de Polícia, a suspeição continuaria, mais ou menos, mas sempre continuaria uma suspeição, sempre pode-se levantar uma suspeição; que teria, também um delegado; aquele delegado poderia ser amigo desse delegado. Então, não se pode lançar uma suspeição sobre uma autoridade policial porque a imprensa faz conjecturas, que teria sido a DOPS; que reconheceu a voz; é como eu digo aos Senhores, eu não entendo, se ela afirma que a caminhoneta estava lá; se ela afirma que esteve nas dependências da DOPS. Quando a gente quer que ela reconheça, ela não quer. Então o Senhor vê que é uma coisa muito inusitada, isso. Ela cai em contradições. Diz uma coisa, mas não quer fazer. Diz que foi, que sofreu sevícias, não comparece para exame de lesões corporais; quando comparece, depois de trinta e três dias, é evidente que não se constataria nada a não ser que fossem lesões muito graves.

O SR. NILSO SGUAREZI – Mas, Sr. Secretário, essa prova material prova também pode ser conseguida por meios indiretos. A Polícia não requisitou os filmes do fotógrafo do jornal, do reporter que tirou as fotografias das lesões?

É uma prova indireta de se conseguir o corpo de delito da vítima.

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Mas tem um Promotor de Justiça que acompanha o inquérito; tem o Dr. René Dotti que acompanha o inquérito. Todos os Senhores conhecem o Dr.

René Dotti, é um advogado formidável.

O SR. NILSO SGUAREZI – Acima de qualquer suspeita.

Mas, eu acho, me parece que a autoridade policial está sendo um tanto rigorosa com a vítima, porque se ela se considera vítima da própria polícia, uma moça com uma estrutura mental como é essa professora, uma jovem, se ela, efetivamente, recebeu esse tratamento, não se pode exigir outro comportamento do que essa moça esteja traumatizada. Parece-me que o médico que aconselhou a ela não ir, imediatamente, procurar, fez muito bem, porque ela poderia sofrer lesões irreparáveis, depois, na própria deligência dos esclarecimentos...

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Mas, como, se o caso dela era tão grave que ele não receitou coisa nenhuma?

Não receitou nada, ele mesmo declarou, não receitou nada...

O SR. NILSO SGUAREZI – Mas, aí, é que está o problema, a tortura não era física; mas, sim, mental. Ela mesmo declarou que ficou traumatizada; parece-me que o tratamento não é aí um ferimento físico, uma lesão física, que possa se apalpar; mas, sim, a recomposição do próprio intelecto dela. Do próprio equilíbrio mental dela.

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Ela não procurou hospital psiquiátrico nenhum, também. Ela ficou em casa, puramente, descansando. E não tem nenhum laudo dizendo isso.

O SR. NILSO SGUAREZI – Sr. Secretário, o CCC, Comando de Caça aos Comunistas, através das investigações que a Secretaria, no Paraná, realizou, existe, ou não existe?

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Eu acho que não existe.

Não consta em nenhum lugar, nos órgãos de segurança, esse tal comando de caça aos comunistas.

O SR. NILSO SGUAREZI – A autoridade recebeu alguma denúncia contra esse comando de caça aos comunistas?

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Só o advogado D'Angelir, é que disse que ela vinha recebendo ameaças do comando de caça aos comunistas, escritas. Mas, não apresentou essas cartas ameaçadoras. Ele apenas declarou que ela vinha recebendo há muito tempo.

O SR. NILSO SGUAREZI – Sr. Secretário, parece-me que no mesmo dia do seqüestro da professora Juracilda, houve a prisão dos intelectuais, aqui, no Paraná, dos professores, da Escola, de duas escolas. Elementos da Secretaria de Segurança do Estado do Paraná tiveram alguma participação nessas prisões?

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Nenhuma.

O SR. NILSO SGUAREZI – A Secretaria tinha sido avisada dessa operação da Polícia Federal?

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Não da operação, mas, sabia do fato em si. Eu vou explicar a Vossa Excelência desde o início, a esse respeito. O que a Secretaria tomou conhecimento.

Através de informação que fora transmitida pela Região Militar, ao Ministério de Educação e Cultura, o caso do Centro de Pesquisas Educacionais, OCA, e da Associação de Estudos Profissionais, Oficina AEB, foi encaminhado pela Secretaria de Segurança à Delegacia de Ordem Política. A Região oficiou o fato ao Ministério de Educação; o Ministério da Educação remeteu o fato à Secretaria de Educação; A Secretaria de Educação remeteu à Secretaria de Segurança; eu remeti a DOPS; a DOPS me devolveu dizendo que não era da sua competência e, sim, da Polícia Federal. Foi remetido expediente à Polícia Federal; após verificações feitas, essa última chegou à conclusão de que o caso estava, realmente, afeto à Polícia Federal e, para lá foi encaminhado. O desenvolvimento dos trabalhos foi aquele que foi publicado na imprensa, que eu sei. Eu sei, até aí:— Que a Região comunicou o Ministério de Educação; o Ministério de Educação à Secretaria de Educação; a Secretaria de Educação me remeteu, eu remeti a DOPS e a DOPS devolveu e eu remeti à Polícia Federal por julgar que era da alçada da Polícia Federal. E foi uma ação puramente da Polícia Federal, ninguém da Secretaria de Segurança tomou parte.

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas não houve então uma comunicação por parte da Polícia Federal de que a operação seria desencadeada naquele dia?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Essas operações são desencadeadas de surpresa.

Eu sabia do fato que ela ia desencadear a operação. Quando, não. Mas sabia que ela ia desencadear a operação. Quando, não sabia.

O SR. NILSO SGUAREZI — Perfeito.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado, Líder da Arena, Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Evidentemente não é minha intenção constranger o Deputado Nilso Sguarezi.

Ocorre, Sr. Presidente, que há outros inscritos que pretendem fazer indagações ao Sr. Secretário, e eu pediria a Vossa Excelência e também ao nobre Deputado, que cedesse oportunidade para que outros Deputados possam também fazer as suas indagações. Porque, evidentemente o Sr. Secretário dispõe de um tempo limitado e não seria justo que o Deputado Nilso Sguarezi que, diga-se de passagem, com muita pertinácia e com muito empenho, justos, monopolizasse a sessão.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Bom, a Presidência encarece a compreensão dos Srs. Deputados, e restrinjam a cada um o seu tempo nas arguições, desde que existem inscritos nove Srs. Deputados para arguir Sua Excelência, o Sr. Secretário.

Fica o apelo à compreensão dos Srs. Deputados.

O SR. NILSO SGUAREZI — Serei breve, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, eu queria, se Vossa Excelência pudesse me dar, qual a determinação legal que a DOPS do Paraná, nega-se a entregar aos interessados as certidões onde constem os seus antecedentes políticos e ideológicos. A pessoa vai tirar uma certidão negativa, e é o caso do professor aquele, é indeferida. A pessoa requer que constem as razões, ou os assentamentos que a DOPS tem e não recebe, em contrapartida nenhuma resposta. Qual o dispositivo legal disso aí?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Eu, em parte, estou até satisfeito de ter comparecido aqui, porque é uma oportunidade que eu tenho para esclarecer determinados fatos, que evidentemente geram muitas controvérsias e criam muitos problemas para todos nós, tanto para os Senhores, como para mim, como para os que vão requerer certidões.

O caso de negar o que consta a respeito do indivíduo, na DOPS. A razão da recusa da DOPS no fornecimento dos motivos, de não fornecer atestado quando constam anotações na ficha do interessado.

O Decreto 79099, de 6 de janeiro de 1977, estabelece normas para salvaguarda de assuntos sigilosos que dispõe do § 3.º, do artigo 4.º que: O grau de confidencial será atribuído a assuntos cujo conhecimento pela pessoa não autorizada possa ser prejudicial aos interesses nacionais, a indivíduos ou entidades, ou evitar embaraços administrativos. No § 3.º, do artigo 5.º diz: Assuntos classificados como confidencial, os referentes a pessoal, material, finanças, cujo sigilo deva ser mantido por interesse do governo e das partes, tais como: Informes e informações sobre a atividade de pessoas, entidades e outras. O Tribunal de Justiça, tendo em vista a regulamentação tem reconhecido a necessidade de tal medida acauteladora, cassando, inclusive, medida liminar concedida em mandado de segurança. O Tribunal de Justiça cassou uma liminar que foi concedida em mandado de segurança.

É o decreto 79.099.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Secretário, quer dizer, estaria baseado neste decreto, o fato de um médico, Paulo Gustavo Barros de Carvalho, funcionário do INPS — ter con-

seguido na DOPS do Paraná, uma certidão negativa, conseguido um emprego no INPS? E depois a DOPS recolheu esta certidão dizendo que fora fornecida por equívoco. O Sr. tem conhecimento desse fato? Deve ter conhecimento, porque a imprensa noticiou, divulgou, esse médico entrou com um mandado de segurança, foi reintegrado ao INPS?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Isso já se passou há algum tempo, não é?

Eu acho que foi muito bem decidido, e se deu, não pode recolher evidentemente, agora, se deu por engano deu mal, mas de qualquer maneira, concedeu. Agora, eu quero explicar ao Sr. o seguinte, Deputado: Não se pode dar o que consta a respeito, mas pode se conceder silêncio num requerimento em que o interessado faça, se concede silêncio, no que consta, e se fornece certidão negativa.

Eu tenho sido muito magnânimo mesmo nisso aí, porque entendo que, quando os fatos são decorridos há muito tempo, a pessoa, era muito moça, leva em conta os impulsos da juventude, leva em conta a vida posterior que ele levou, mandam pedir atestado em todas as delegacias, em todas as varas criminais, informações de chefes diretos, tudo isso.

De forma, que o Sr. deve ter conhecimento, eu tenho concedido silêncio com certa magnanimidade. De forma que, a pessoa pode requerer. Agora, existem pessoas, que estavam implicadas e continuam implicadas, então nós temos que nos resguardar também desses fatos. Isso é que, estou satisfeito em parte, por ter vindo aqui, porque posso inclusive, não justificar, mas, pelo menos, dar alguma explicação aos Srs. do modo de atuação, da Secretaria de Segurança.

Porque tem quem diga: Mas a Lei de Segurança, é isso e aquilo, não compete a mim, evidentemente. O Senhor sabe que a Polícia tem que fazer o cidadão cumprir a lei.

Agora, se a lei é boa ou má, não compete a mim, analisá-la.

De forma, que nós também temos certas dificuldades, muito embora achamos às vezes para nós, que a lei é um pouco dura em certos casos, não compete a nós, fugir da lei, somos obrigados a fazer o cidadão cumprir a lei. Fora disso, não temos como fugir.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu me dou por satisfeito, só queria fazer a última pergunta; para encerrar a minha participação:

O Senhor numa entrevista coletiva, respondida por escrito, à imprensa do Paraná, no dia 3/2, deu explicações sobre a detenção do Prof. Paulo, na DOPS, o Sr. afirmou de que tinha conhecimento da detenção, e que esta detenção não fora feita por elementos integrantes da Secretaria de Segurança, e também numa pergunta, em que lhe perguntaram, se sabia onde estava esse Professor detido, considerou prejudicada.

Hoje, o Sr. afirmou aqui, perante esta Assembléia, de que sabia, de que aquele professor havia sido detido por autoridades da 5.ª Região Militar. Eu pergunto, Sr. Secretário:

Levando em consideração, principalmente, esta notícia do "O Estado do Paraná" de 3 de fevereiro, que eu vou ler para o que o Senhor tenha conhecimento:

"Fora de moda, "O Estado do Paraná", jornal.

E o pessoal da DOPS ainda não percebeu que não estamos em Uganda, o que aconteceu com o Prof. Paulo Antônio de Oliveira Gomes é inominável.

Dar sumiço num cidadão, colocar a sua família em pânico, mobilizar setores importantes da comunidade, não é coisa que dignifique a Polícia, muito pelo contrário, há métodos legais, para se deter uma pessoa, para investigar a sua vida, e se for o caso, até puní-la. Há a Justiça a ser respeitada. Esta coisa de capuzes, simulação de fuzilamento, ameaças, violência, é próprio do submundo".

E ainda há outras considerações nessa notícia, colocando a polícia do Paraná, numa posição vexatória.

Então, hoje o Senhor esclareceu aqui, de que a detenção desse cidadão, apesar de ter sido na frente, ou próximo à Sede da DOPS, não foi por integrantes da polícia do Paraná.

Eu pergunto a Vossa Excelência, porque não, Sr. Secretário, ter esclarecido naquela oportunidade, em que a imprensa estava cobrando do Senhor, que tinham sido autoridades de outro setor?

Não teria ficado a Polícia do Paraná, livre de uma pecha, de um papel que ela não tinha cumprido? Que ela estava sendo vítima?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Mas eu acredito que mesmo na época, eu declarei que foram elementos estranhos à Secretaria de Segurança.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sim, mas ficou a dúvida de quem?

Se o Senhor sabia, porque não dizer, quem os outros?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Nesta parte de Segurança, nem sempre a gente pode no momento, dizer certas coisas.

Tem que esperar decorrer certo tempo. E também de momento a gente não está bem informado assim. Porque não foi a Secretaria de Segurança. Nós apenas tínhamos lá um pedido de que ele precisava ser ouvido. E comunicamos à Região, e a Região deteve-o para declarações.

E eu tenho a impressão que essa entrevista, ele ainda estava detido nesta época, não estava?

O SR. NILSO SGUAREZI — Estava detido.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Se eu digo naquela época que ele estava detido pela 5.^a RM, o Senhor também há de convir que eu não podia dizer no momento isso.

Tive que arcar com o ônus e agora estou tendo a oportunidade de esclarecer.

O SR. NILSO SGUAREZI — Fico satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Eu tenho a impressão que ficou bem claro que o Senhor entende que qual era a minha posição no momento e qual é a minha posição hoje.

Hoje eu estou perante aqui os Deputados, perante a Assembléia, não posso me esquivar, evidentemente de dizer a verdade. Mas, para a imprensa, a gente pode dar ...

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas Senhor Secretário, eu concordo com o Senhor em parte, e me perdoe discordar disso.

Quando a Polícia estiver errada, eu acho que todo o cidadão tem o direito e até o dever de exigir que a Polícia se comporte direito.

Mas: quando a Polícia está inocente e o próprio Chefe da Polícia, como Vossa Excelência, sabia desse detalhe, me perdôe discordar de Vossa Excelência, mas eu acho que Vossa Excelência não foi até, vamos dizer assim, condescendente com os seus comandados. Que perante a opinião pública, estavam sofrendo uma acusação de que o Senhor sabia estarem sendo inocentes.

E parece-me que assim como nós temos o direito de exigir quando a Polícia está errada, em contrapartida, a Polícia tem até obrigação de esclarecer a opinião pública de que não é culpada como está sendo acusada de um fato delituoso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência vai conceder a palavra ao Sr. Deputado inscrito, todavia, faz o apelo aos Srs. Deputados, para que procurem ser sucintos e rápidos na formulação das suas perguntas. E que na medida do possível, os conceitos que possam deixar de ser emitidos, possam ser objeto de análise posterior a esta sessão, em que o Sr. Secretário compareceu à luz da Constituição e do Regimento Interno, para responder tão somente as perguntas a ele formuladas.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Secretário, agradeço a oportunidade de conversar com Vossa Excelência.

Pergunto as razões que levam Vossa Excelência a proceder a substituição de Delegado de Polícia?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — As substituições normais, o Sr. quer dizer isso?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Perfeitamente.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Razões de serviço; de administração, serviço, não tem ...

Se o Senhor pudesse detalhar mais um pouco. Substituições normais porque se transfere um delegado de uma divisão para outra, de uma delegacia para outra, é isso que o Sr. quer?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Perfeito, Sr. Secretário.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — São razões de serviço, razões administrativas ...

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Arbitrariedades, por exemplo?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Também arbitrariedades cometidas, razões de serviços, de interesses pessoais, por solicitação, a pedido etc.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Vossa Excelência recebeu telex que lhe mandamos, com data de 31 do mês passado, da cidade de Maringá, tratando da Delegacia de Polícia de Paissandu?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Assim especificamente não me recordo, só se V. Excelência recordar o fato em si; talvez eu me lembre.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Se Vossa Excelência permitir, lerei o telex:

“Senhor Secretário, informamos a Vossa Excelência que Paissandu sempre foi uma comunidade feliz, praticamente sem roubos, sem estupros, sem crimes. Uma cidade onde o povo vai à praça, à igreja, ao futebol, ao trabalho, com imenso desejo cívico de construir uma Pátria melhor. De repente, por solicitação da mentalidade atrofiada do Prefeito Anísio e por determinação de Vossa Excelência, o Delegado é substituído. E a cidade se transforma radicalmente, Sr. Secretário.

E o povo, outrora comunicativo, solidário, fraternista e irmão, passa a fugir, a se esconder, ameaçado pelo Sr. Delegado de Polícia, e seus soldados que, armados até aos dentes, e de forma ostensiva, invadem estabelecimentos comerciais, ofendem até senhoras e famílias, agredindo jovens, a pretexto de estúpida ação preventiva.

Ocorre que, de preventivo, nada tem. Mas, a ação proposta pelo atual Delegado de Polícia de Paissandu é medíocre, arbitrária, violenta e de total desrespeito a uma comunidade tradicionalmente pacífica, ordeira e trabalhadora.

Os paissanduenses estão sendo ameaçados nos seus mais caros sentimentos de paz e alegria, por um Delegado despreparado para o desempenho profissional, naquele município.

Melhor e adequado seria que Vossa Excelência procedesse sua nomeação para a Delegacia de Entorpecentes da Capital do Estado. Pois, a sua sensibilidade está no ponto para tratamento para com os mais perigosos bandidos do Paraná e não para relacionar-se com a boa gente de Paissandu.

Apelo, no sentido de que Vossa Excelência proceda a substituição do Delegado de Paissandu mandando para seu lugar um policial em paz consigo mesmo. Se assim não acontecer, temos razões para supor que, psicologicamente, agredida e ameaçada, poderão ocorrer, naquela comunidade, reações de consequências imprevisíveis.”

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Esse Delegado não é um delegado de carreira, é local.

Os delegados locais sempre são colocados por indicação de prefeitos, políticos, porque não temos condições de arrear delegados para determinados locais.

E quando acontecem essas denúncias, mandamos fazer investigações, e geralmente os substituímos.

São muitos os casos, não me lembro da providência

tomada para esse. Mas, nosso procedimento normal, é sempre investigarmos, a partir da denúncia. Mesmo que essas denúncias partam da Oposição, nós mandamos investigar para me fazer bem entendido.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Inicialmente, perguntei a Vossa Excelência as razões que o levam a substituir os delegados de Polícia, exatamente por isso. Porque conheço, pessoalmente, os problemas de Paissandu. É o município onde tenho a minha residência, inclusive, atualmente, Sr. Secretário.

Conheço o atual e o ex-Delegado de Polícia.

Pessoalmente, desconheço razões de ordem arbitrária, de ordem administrativa, de ordem moral, que pudessem influir na decisão de Vossa Excelência, para substituição do ex-Delegado.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Eu, embora não possa responder aqui, mas eu prometo a Vossa Excelência, que responderei. Verei isto na Secretaria e responderei nem que seja por telefone, eu lhe darei uma satisfação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pois não. Eu apenas, Sr. Secretário, queria conversar com Vossa Excelência, para a confirmação de informação que tem na cidade que a substituição do Delegado teria ocorrido exatamente por isto. Por solicitação pessoal do Prefeito e a interferência do comando político exercida no município. E seria também uma das razões, a influir nestas várias questões que levam Vossa Excelência, a proceder estas transferências.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não existem mais os chamados comandos políticos. Tanto que, quando eu mando fazer investigação, feita uma denúncia, eu mando ouvir, independente de qualquer situação, o Juiz, o Promotor, o Prefeito, Presidente da Câmara, se tiver, Presidente da Arena, Presidente do MDB, eu mando sempre ouvir para tirar média. Quer dizer, eu mando ouvir todos e, se faço isto, eu mando particularmente um pessoal que tenho especialmente só para fazer isto. Conforme o resultado, eu remeto então à Diretoria da Polícia Civil, para abrir inquérito, se for o caso.

Mas eu mando ouvir Prefeito, Juiz, Promotor, Presidente da Arena, Presidente do MDB, até mando ouvir, em Interior se usa muito o barbeiro, conversar, fazer uma sindicância.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pois bem, Sr. Secretário, concluindo, atendendo à solicitação do Sr. Presidente, eu apenas gostaria de merecer a atenção de Vossa Excelência, para este caso específico de Paissandu. Porque, como eu lhe disse, em princípio, desconheço por completo, Sr. Secretário, outros motivos que tenham influido na substituição do ex-Delegado, a não ser exatamente a interferência do comando político; a exigência pessoal do Sr. Prefeito, porque tenho razões de sobra para dizer a Vossa Excelência que Paissandu é uma cidade ordeira, pacífica e que tem um povo que ainda vai à praça. De dizer a Vossa Excelência, que o ex-Delegado estava de bem e em paz com a comunidade e que não haviam fatos de ordem moral, de ordem — pode ser que hajam, de ordem administrativa, de ordens legais, que justificassem a transferência do ex-Delegado.

Não estou, absolutamente, o defendendo-o porque ele teria sido prejudicado e não é o caso. Eu apenas estou estabelecendo um certo parâmetro de atitudes entre ele e o atual Delegado, que eu considero despreparado completamente para exercer a função naquele município. É realmente um Delegado truculento que se hostilizou com a comunidade.

Isto que eu digo a Vossa Excelência neste telex que lhe enviei no dia 31, é verdade. Eu estive na cidade. O Deputado Federal Valber Guimarães, o Presidente do MDB de Maringá, o Sr. João Batista Sanches, estavam numa das lanchonetes da cidade, quando os policiais, por ordem do Sr. Delegado, simplesmente invadiram armados, de forma ostensiva, agressiva, inclusive ofendendo as pessoas presentes, a levantar

suspeitas e mais suspeitas de coisas incríveis, com esta atitude de policiamento preventivo que, efetivamente, está machucando aquela comunidade.

Por isto, Sr. Secretário, é que devo supor que haja esta interferência desastrosa do comando político em problemas pessoais do Sr. Prefeito, a influir nas decisões da Secretaria de Segurança, e, foi isto que motivou a minha interferência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Secretário, um dos temas que vem servindo a prolongados debates, notadamente através dos órgãos de comunicação, é o que se refere à violência policial.

Assim, objetivamente eu gostaria de formular a Vossa Excelência, algumas questões pertinentes a este tema:

Vossa Excelência reconhece que também é comum, no Paraná, a prática de violências contra pessoas, por agentes de segurança pública, no momento da prisão, ou, quando já se encontram sob custódia de autoridades policiais?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Evidentemente, tem havido alguns excessos por ocasião da prisão, e após a prisão. Agora, o que nós podemos fazer, é, após tomarmos conhecimento, punirmos os responsáveis, mandá-los para a Justiça. Não temos outra solução que não seja esta, inclusive, nós temos vários policiais processados, inúmeros policiais, tanto civis quanto militares, processados pela Justiça, por abuso da autoridade.

O SR. ACCIOLY NETO — O Senhor, de certa forma, respondeu a segunda questão, relacionada com o mesmo assunto, que, seria a de questionar-lhe sobre o procedimento da Secretaria de Segurança Pública, nestes casos de violências praticadas por agentes policiais, seja quem for a vítima. Em função disto, eu passo à terceira pergunta, que vai tornar mais objetiva ainda esta minha intervenção, por ocasião da sua presença nesta Assembléia:

A "Folha de Londrina", de 9 de abril do corrente ano, noticia a prática de violências no Município de Janiápolis, e, tais violências são atribuídas diretamente ao Delegado de Polícia do município.

Esta edição do jornal a "Folha de Londrina", narra que: o cidadão Joaquim Gonçalves que foi preso no dia 31 de março do corrente ano e levado, em viatura, à Delegacia de Polícia de Janiápolis, onde foi preso num cubículo, logo depois, foi interrogado por um soldado de nome Melo e, com a recusa às impertinentes perguntas que este lhe fizera, levou oito socos na altura do estômago, nos rins e chutes no peito, desferidos pelos policiais, a mando do Delegado.

Em 29 de abril neste mesmo ano de 1978, o Diretório Municipal da Aliança Renovadora Nacional, através de Ofício n.º 14/78, fez a seguinte comunicação a Vossa Excelência:

"Por este intermédio, tomamos a liberdade de solicitar-lhe seja substituído o Sr. Antônio Ferreira da Cruz, das funções de Delegado de Polícia do Município de Janiápolis. Esta solicitação prende-se unicamente ao fato de que o questionado servidor público não vem exercendo, sequer com o mínimo de eficiência, as suas funções de Delegado de Polícia. Por conseguinte, os munícipes vivem temerosos pela falta de segurança que, lamentavelmente, impera em Janiápolis.

Some-se a isto, ademais, a prática de violências contra pessoas, por parte do próprio Delegado de Polícia, o que, sem dúvida, compromete seriamente a sua autoridade."

Neste caso, especificamente, qual foi o procedimento da Secretaria de Segurança Pública?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Mandamos um Delegado investigar e efetivamente ele não constatou esta denúncia, em Janiápolis. Se formos pôr todas as denúncias que os

jornais noticiam, então sempre a polícia tem culpa, a polícia é notícia de jornal, a polícia é que vende jornal, eis que todos os dias saem essas notícias. Agora, em Janiápolis foi mandado investigar, e não foi confirmado esta sevícia, este excesso que dizem a polícia haja cometido.

Agora Vossa Excelência veja uma coisa; como é que um jornal publica: há uns meses atrás, há pouco mais de um ano, passou-se a seguinte cena na Rua das Flores: Um bruto de um policial, fardado, com um "38" na cintura, correndo atrás de um guri, de uns dez anos de idade, e o guri gritando. O soldado quase foi linchado. No entanto, o fato verdadeiro qual era? O fato verdadeiro, era que o guri havia roubado a bolsa de uma mulher, derrubado a mulher, e a mulher gritou e a polícia foi atrás e a Polícia não pôde prender o guri porque o guri gritou tanto que parecia um absurdo, um homem daquele tamanho, com um "38" na cintura, correr atrás de um guri de dez anos.

Então o Senhor vê que os fatos se apresentam de uma maneira, mas o jornal não é assim muito justo com a polícia também.

Nós mandamos investigar o fato também, e não foi confirmada essa violência.

Agora é evidente que também: prende-se o homem. O homem reage. Bota algema, a algema machuca, agride o policial e pode haver uma coisa qualquer. Agora, ele conta à sua maneira. Então eu vou acreditar no delegado que fez o inquérito ou acreditar no que ele diz? Eu acredito no delegado que tenha feito o inquérito.

O SR. ACCIOLY NETO — Se eu concordasse com Vossa Excelência, mas não concordo, de que as notícias do jornal são fantasiosas. Resta ainda uma indagação, porque eu li o jornal, um ofício do Diretório Municipal da Aliança Renovadora Nacional, Partido que detém atualmente a administração do Estado, e quanto a este ofício do Diretório Municipal da Arena também não é verdadeiro?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — O delegado não foi trocado porque não foram confirmadas as denúncias.

O SR. ACCIOLY NETO — Ambas não são verdadeiras, então. Nem a notícia do jornal, nem o conteúdo do ...

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Eu não estou dizendo que sejam mentirosas.

O Sr. me entenda. É que quem faz a notícia, ou quem manda o ofício, não foi quem presenciou. Isso é muito diferente. Isso é contado pelo indivíduo que se julga ofendido, o que é diferente. Para que fosse mentirosa a notícia da Arena e do jornal, é preciso que quem escreveu ou assinou o ofício, estivesse presente, tivesse presenciado o fato. Eles mandaram dizer a notícia por ouvir contar, porque ele denunciou, o que é diferente. A mentira é do camarada que diz que foi seviciado, e não de quem mandou o ofício.

Ele ludibriou a boa fé de quem mandou o ofício.

O SR. ACCIOLY NETO — Sem querer prolongar mais o assunto, mas o que me parece, é que aqui há uma convergência em torno de uma mesma denúncia.

O jornal denuncia violência, através quem se afirma ter sido seviciado.

O Diretório Municipal da Arena, que me parece, representa parte da opinião pública de Janiápolis, e Vossa Excelência reconhece isso, na medida em que faz a sindicância também ouve a classe política, coincidentemente, afirma no ofício, que o mesmo delegado vem praticando violências e ressalva e por isso eu deixei para mais tarde, ressalva neste mesmo ofício que esta atitude do delegado desafia reiteradas manifestações de Vossa Excelência, o Senhor Secretário, contra tais procedimentos, e no entanto eu estou vendo que tem guarida muito menos uma manifestação de um Diretório ou notícia de um jornal que reputo sério, do que as informações extraídas de um enviado especial da Secretaria de Segurança

Pública.

Assim não me parece que sua afirmativa inicial em torno da violência policial, deva ser aceita também como verdadeira, porque só os inquéritos policiais ou os processos judiciais em andamento, não significam necessariamente, que não seja comum no Paraná, a prática de violência contra pessoas por parte de autoridades policiais.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Porque Vossa Excelência sabe uma denúncia dessa, o juiz local manda tomar providências, manda instaurar inquérito contra o delegado, por abuso de autoridade, e não aconteceu. Quer dizer, o juiz que está lá no local também pode tomar essa providência, mandar inclusive, instaurar inquérito contra o delegado por abuso de autoridade.

O SR. ACCIOLY NETO — Quer dizer que esse é o procedimento que Vossa Excelência recomenda?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não, é um dos procedimentos também.

O SR. ACCIOLY NETO — Para encerrar então, Senhor Secretário, embora não tenha ficado satisfeito com suas respostas, saio do tema relativo à violência, e passo a um outro que me parece está mais vinculado às questões que, até agora, tinham sido formuladas a Vossa Excelência pelos Deputados que me antecederam.

E a questão seria: — É verdade que as diversas delegacias especializadas, entre as quais a antiga DOPS, usualmente, utilizam, em diligências especiais, ou não, veículos que não pertencem à Secretaria de Segurança Pública?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não; que não pertencem, não; são veículos que não são preto e branco. Usam; utilizam; mas, pertencentes à Secretaria, para o serviço sigiloso.

O SR. ACCIOLY NETO — E, obviamente, não se utilizam de chapas oficiais?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Chapa amarela.

O SR. ACCIOLY NETO — Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

A Presidência consulta o Deputado Fidelcino Tolentino, se deseja arguir em seguida.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Secretário, tenho várias perguntas; algumas, já, com referência a perguntas que, digo, a assuntos que o Senhor já respondeu mas, que não convenceram a este Deputado.

Em primeiro lugar, o professor, com respeito ao professor de Apucarana, professor da Fundação Faculdade Ciências Econômicas. O professor para ministrar aulas na Fundação Faculdade Ciências Econômicas, ele necessitava da certidão da DOPS. E a Faculdade de Apucarana exigiu dele, essa certidão, só após um ano e meio ter ingressado naquela faculdade como professor. O Senhor poderia esclarecer esse fato?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Sr. Deputado, nós não exigimos, não determinamos que alguém exija o atestado; isso é uma decisão puramente, da própria Universidade, da própria Faculdade; nós não exigimos que a faculdade só admita, e, nem podemos, nós não temos, absolutamente, competência e nem interferimos nisso, que ela, para admitir um professor tenha que exigir o atestado da DOPS.

A Faculdade, a Universidade, é quem exige que tire o atestado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Mas, alegou Vossa Excelência que o professor havia pertencido, ou filiado-se ao Partido Comunista Brasileiro, em determinada época. Se a Faculdade colocou esse professor ministrando aulas, ela estaria contrariando uma lei; contrariando uma lei, por conseguinte, desse momento em diante, também, estaria envolvido o diretor dessa Fundação Faculdade, ou não?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Eu acho que não existe uma

lei que diga assim, que quem foi filiado a um partido não possa ser professor. Tenho impressão que é uma decisão deles acharem que não querem admitir quem já tenha pertencido, ou contribuído ou pertence a essas organizações, porque nós, absolutamente, também, não forçamos junto à Universidade, ou Faculdade que não admitam um determinado professor. É puramente uma decisão da Universidade de exigir esse documento junto ao DOPS.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Prefeitamente.

Vossa Excelência disse que não havia sido preso pela Secretaria de Segurança o citado professor, e sim pela 5.^a Região Militar. Vossa Excelência disse que não havia relacionamento nenhum entre a prisão do professor pela 5.^a Região Militar com a Secretaria de Segurança Pública do Estado. E também disse que o professor Paulo havia se filiado ao Partido Comunista, em 1.960.

Eu gostaria que Vossa Excelência confirmasse esse dado.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Informação que a Região nos remeteu, que quando ele foi ouvido, prestou declarações na Região, declarou que pertencia ao Partido Comunista desde 1960. Isso foi a informação que nós recebemos da 5.^a Região Militar, de que era contribuinte do P.C.B.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Perfeitamente.

Eu gostaria então de esclarecer um ponto, que em 1.960, me parece que o professor ainda era menor de idade, nobre Secretário.

Eu me dou por satisfeito, no caso do professor.

Gostaria agora de fazer apenas três perguntas, no caso do seqüestro da professora. O Padre que atendeu a professora na cidade de Registro, foi ouvido?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Justamente o inquérito voltou para ele ser ouvido agora.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Dado ao envolvimento do Dr. Fleury, em São Paulo, ele foi acareado sobre a possibilidade de que as pessoas, as supostas pessoas do seqüestro teriam algum relacionamento com ele ou não?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não foi ouvido.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — A Dona Juracilda, a professora, "pivot" principal deste seqüestro, pois é a vítima, ela foi procurada durante trinta ou mais dias pela Secretaria de Segurança Pública, determinação de Vossa Excelência, nas cidades de Cascavel, Curitiba e Imbituva também. Ela esteve internada em hospitais, ou hospital de Curitiba, logo em seguida ao fato. Por que ela não foi ouvida nesta época?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Porque ela alegou que não tinha condições de ser ouvida e Vossa Excelência me entenda que, dado o tumulto que a imprensa causou neste fato, se nós fôssemos ao hospital teríamos que forçá-la a prestar declaração, o que ela não queria. Iríamos tumultuar muito mais, criar um problema muito maior que nós já tínhamos em mãos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Como informante porque não foi ouvido as crianças que presenciaram o seqüestro, apenas a título de salvaguardar os interesses e o nome da Secretaria de Segurança Pública e o da Justiça, que também estava sendo envolvido naquela oportunidade?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Eu acho irrelevante ouvir crianças, crianças pequenas que não poderiam merecer crédito do que as crianças assistiram. Ficaram um pouco apavoradas pelo fato em si. De forma que eram testemunhas que não teriam a mínima confiabilidade. Por isso, achei irrelevante ouvir essas crianças.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Nobre Secretário,

Vossa Excelência, neste momento, chegou no ponto em que eu queria que Vossa Excelência chegasse. Não para responsabilizar Vossa Excelência, mas para responsabilizar aqueles que alegam e que alegaram que o professor Paulo

em 1.960, estava filiado no Partido Comunista Brasileiro, quando ele, naquela oportunidade tinha apenas nove anos. Quer dizer, se a criança não tem crédito para ser ouvida como informante, como é que poderia estar filiado no Partido Comunista alguém com nove anos de idade em 1.960?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — É pelo currículo dele aqui, foi em 1970, foi engano meu aqui na anotação, porque ele é de 1.949.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Perfeitamente, Senhor Secretário.

Sr. Secretário, eu gostaria de fazer mais três perguntas para encerrar.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela ordem)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu só pediria a Vossa Excelência, que anunciasse ao Plenário, que conforme o convencionado pelo Sr. Secretário de Segurança, ele se dispõe a responder até às 17 horas.

Todavia, evidentemente, Sua Excelência se entender que deva alargar o prazo, mas eu gostaria que o Plenário tomasse conhecimento para que os indagadores abreviassem essas perguntas, porque me parece que ainda há seis ou sete Deputados inscritos para as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Apelo neste sentido, já foi dirigido aos eminentes Srs. Deputados pela Presidência, em que fez questão de registrar que os Srs. Deputados procurassem arguir, recebendo a resposta, ficando para emitir conceitos no futuro, nas próximas sessões se assim pretendessem, para evitar polemizar com Sua Excelência o Sr. Secretário.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Serei breve nestas perguntas, Sr. Secretário. Eu gostaria duas perguntas, que se afinam e que talvez seja de mais interesse da Secretaria de Segurança Pública do Estado, do que propriamente meu, as suas respostas:

Se a Secretaria de Segurança Pública, participou também nas prisões dos presos políticos de 1.975, por época em que se foi cogitada, a reorganização do Partido Comunista do Paraná. É uma delas.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — O Sr. se refere ao caso de Londrina, não é?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Londrina e Apucarana.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Eles foram presos também pela Região Militar. A única participação que teve a Secretaria de Segurança foi que eles ficaram presos no Quartel da Polícia Militar. Mas o inquérito todo correu pela Polícia Federal, por crime de subversão, é da competência da Polícia Federal.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — A sua resposta me deixa uma pequena dúvida.

Porque desta tribuna da Assembléia em 1.975, eu denunciei fatos que envolviam o Tenente Melo, de Londrina, como um dos elementos que participavam ou que já haviam participado das prisões de vários cidadãos de Apucarana, inclusive a prisão deste Deputado.

Eu gostaria de que Vossa Excelência dissesse o relacionamento — fica a seu critério a resposta, entre a Secretaria de Segurança Pública em colocar o Tenente Melo, de Londrina, à disposição dos órgãos de Segurança, para as prisões de envolvidos e também nas investigações, em Curitiba, na tal conhecida Clínica, era conhecido por Dr. Ruy, um elemento que participava ativamente e que reconhecido por vários presos políticos de Apucarana, o identificaram como sendo o Dr. Peter Maslowski, ex-Delegado de Polícia em Apucarana e atual Delegado nesta Capital.

Eu gostaria que o Secretário desse então a esclarecer este relacionamento entre o Tenente Melo, Peter Maslowski, que fazem parte da sua Secretaria e os órgãos de Segurança no caso dos presos políticos de 1.975.

Se Vossa Excelência — é assunto que foge totalmente da Constituição, que nos dá o direito de ouvir do Senhor as respostas, mas seria de interesse até da própria Secretaria de Segurança, do povo e pessoalmente deste Deputado.

OSR. ALCINDO GONÇALVES — Quanto ao Ten. Melo, o Sr. sabe, existe uma Inspeção Geral das Polícias Militares e o Exército tem alguns elementos às vezes da Polícia Militar que trabalham junto ao Exército. Eles nos solicitam e vão lá e as missões, quem determina é o próprio Exército. Há uma certa dependência da Polícia Militar, do Exército. Ela é ligada ao Exército, é considerada reserva do Exército. E nós temos às vezes, não permanentemente mas às vezes, alguns elementos que trabalham junto ao Exército.

Quanto à participação do Dr. Peter, que o Senhor falou, é o atual titular da "Furtos e Roubos", eu francamente falo ao Senhor que eu não tive conhecimento.

Agora, quanto ao tenente, eu estou tendo conhecimento pelo Senhor e posso explicar. Quanto ao Dr. Peter, não tive conhecimento da participação dele como Dr. Ruy, conforme o Senhor falou.

Agora, quanto ao tenente, a explicação que eu dou é que tem alguns elementos da polícia que trabalham eventualmente junto com o Exército.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Encerrando, Sr.

Secretário, uma pergunta, um esclarecimento, que também é do interesse do Oeste do Paraná.

Eu gostaria de perguntar:— houve um crime em Medianeira, onde um agente de Polícia e um cabo, mataram um cidadão, que pelas notícias de jornais, que lá na Delegacia de Polícia não esteve, davam como inocente e foi um crime bárbaro, cometido por homens da sua pasta, que violentaram todos os princípios legais, que culminou com a morte de um cidadão honrado e trabalhador que lá estava.

Eu gostaria de que se Vossa Excelência pudesse, esclarecer esse episódio.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — O caso do Parque Nacional.

Realmente o fato ocorreu. E na época, fins de 1.976, foi noticiado pela Imprensa de São Paulo, através do "Jornal Brasil".

A imprensa do Paraná, na época, nada publicou. Após, quase um ano da ocorrência, um jornal desta Capital, publicou o fato em manchetes, primeira página, exagerando quanto ao estado dos corpos encontrados. Mesmo porque, o laudo pericial não caracterizou qualquer sevícia nos cadáveres.

O inquérito policial elaborado pela Delegacia de Medianeira, concluiu pela responsabilidade de um agente e um policial militar, lotados em Capanema, que, em seguida, foram afastados de suas funções, aguardando julgamento.

O Inquérito foi remetido à Comarca de Medianeira, tendo o Meretíssimo Juiz julgado incompetente, em razão do local em que foi cometido o crime. Os autos foram enviados a outra Comarca: Santo Antônio. Os policiais irão a julgamento após a solução o conflito de jurisdição, fato que somente à Justiça cabe decidir. Mas, eles foram julgados culpados.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Secretário, eu me dou por satisfeito e agradeço até o espírito de liberalidade de Vossa Excelência, por esclarecer determinados fatos que não estavam ligados à convocação inicial.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência volta a solicitar aos Srs. Deputados que perguntem ao Sr. Secretário, sem a necessidade de justificarem. Porque nas justificativas das perguntas, os Srs. Deputados têm levado tempo precioso para o Sr. Secretário e para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência que concedesse a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, para não quebrar a sequência, inclusive, o seguimento das respostas do Sr. Secretário. Pediria a Vossa Excelência que me concedesse essa fineza.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Secretário, realmente, a sua vinda a esta Casa, permite um diálogo que — eu — francamente, espero que seja renovado. Inclusive, talvez, numa próxima oportunidade, possamos discutir as dificuldades da Polícia.

Porque, muitas vezes, a Secretaria de Segurança faz verdadeiros convites à corrupção — como ocorre no Interior quando se convida humildes cidadãos para prestarem serviços como Delegados. E numa situação "sui generis", talvez, no Brasil, não sai sem ganhar nada.

Uma vez discutimos aqui nesta Casa, com Vossa Excelência e, infelizmente, até hoje, nem o Executivo, muito menos nós que também temos obrigações para com esse setor, achamos uma solução para esse grave problema que é a má remuneração da Polícia.

Por isso, já fica até um certo convite para que continuemos este diálogo nesse outro setor.

Volto aos fatos que o trouxeram aqui.

General Alcindo, a imprensa publicou recentemente, quando os fatos ocorreram, que o Dr. Angelis havia comparecido à DOPS como convidado — juntamente com D. Domingos — para apenas entregarem a declaração que a professora Juracilda teria feito junto à Comissão de Justiça e Paz.

Essa foi a versão dada pela imprensa.

Na DOPS, separadamente, Dom Domingos e o Dr. Angelis, teriam sido colocados em salas separadas, e por um período de quatro horas, o Dr. Angelis teria sido interrogado.

A pergunta é a seguinte: como é que o Dr. Angelis foi caracterizado nesse momento, como testemunha?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Ele se apresentou, evidentemente, como testemunha, porque levou a declaração dela para testemunhar o fato. Ele não era advogado dela. Então, quando ele levou aquela declaração, ele tinha que prestar esclarecimento a respeito daquela declaração que levou, que era uma declaração até um pouco longa. E prestou declaração como testemunha.

O SR. DENI SCHWARTZ — Mas ele não teria ido apenas para levar um documento de um depoimento desta professora?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não. Ele foi arrolado como testemunha. Ele foi arrolado como testemunha, no inquérito.

O SR. DENI SCHWARTZ — O inquérito já estava aberto?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Já estava. Ele foi a primeira pessoa a ter contato com ela depois da irmã, Pilar, se não me engano.

O SR. DENI SCHWARTZ — Outra pergunta, Sr. Secretário, sobre o reconhecimento das instalações da DOPS, a imprensa, — estou falando o que lemos na imprensa recentemente, — noticiou que a professora Juracilda compareceu, se não me engano, na semana passada, ou, retrasada, inclusive que, nesta ocasião, o Dr. D'Angelis foi evitado, aliás o Sr. falou isto há pouco, de acompanhar, uma vez que é caracterizadamente uma testemunha.

E nós ficamos, e a imprensa não publicou, de que resultou esta visita da professora Juracilda às instalações da DOPS?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não. Ela prestou declarações. Prestou declarações. Ela foi convidada para reconhecer não só as viaturas, como as dependências, ela não quis.

O SR. DENI SCHWARTZ — Ela não reconheceu?

O SR. ALCINDO GONÇALVES. Não. Ela não reconheceu.

Ela disse que achava que era uma viatura parecida com a da DOPS, e achava que era uma repartição da DOPS. Então foi convidada a visitar instalações, reconhecer, ou ver a viatura. E ela se negou.

O SR. DENI SCHWARTZ — Há poucos dias ela teria ido à DOPS para fazer este reconhecimento junto com o Dr. D'Angelis ...

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não, não. Agora é que o Promotor remeteu de volta o inquérito e pediu esta providência, que ela reconhecesse a viatura e as instalações.

O SR. DENI SCHWARTZ — Porque constou na imprensa que o Dr. D'Angelis não teria podido acompanhá-la, mas que ela teria ido fazer o reconhecimento.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não. Agora que o Promotor requereu que ela reconhecesse a viatura e as instalações.

O SR. DENI SCHWARTZ — Uma das alegações da professora Juracilda na imprensa, é que quando de seu depoimento na DOPS, foi impedida de descrever certos detalhes. E exemplifico, que o carro, no qual teria sido transportada, teria grades, teria rádio transmissor, e que estes detalhes, quando estava depondo, teriam sido julgados irrelevantes.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Foram controvertidos.

Ela dizia que ouviu rádio, depois disse que não ouviu. Quer dizer, houve muita contradição, se havia rádio ou se não havia.

O SR. DENI SCHWARTZ — Mas ela declarou, ela pode descrever estes detalhes e consta do processo, de seu depoimento?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Descreveu. Mas lembro a Vossa Excelência que estes depoimentos foram prestados na presença do Dr. René Dotti e do Promotor.

O SR. DENI SCHWARTZ — General, só para caracterizar, há um certo, — vamos dizer, um boato, não sei se boato ou não mas, enfim, de alta relevância, que a professora Juracilda estaria sendo seguida; atualmente estaria sendo seguida. Tem notado a presença de pessoas estranhas a segui-la.

A pergunta é a seguinte: existe alguma ordem no sentido de que ela seja vigiada ou seguida, talvez até protegida por parte da Polícia?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Que eu tenha conhecimento, não. Nem eu, nem o Diretor da Polícia, Dr. Jerônimo Maranhão, temos conhecimento deste fato.

O SR. DENI SCHWARTZ — General Alcindo, obviamente, eu estou dando uma versão que somente ela poderá confirmar ou não. Ela procurou a polícia para proteção?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não. Agora, isto que estou dizendo ao Senhor eu não digo que não esteja se seguindo, quer dizer, não há ordem nem minha, nem do Dr. Jerônimo, para este procedimento. Porque, evidentemente, não se pode evitar agora, não temos conhecimento e nem determinamos e, se soubéssemos disto, impediríamos.

O SR. DENI SCHWARTZ — A pergunta foi feita, General Alcindo, porque o Senhor, no decorrer das suas respostas, referiu-se ao Comando de Caça aos Comunistas, como sendo uma entidade da qual o Senhor inclusive não pode ver o documento.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Até o momento, é uma entidade fantasma, é fantasia.

O SR. DENI SCHWARTZ — Mas eu posso testemunhar, General Alcindo, que eu, pessoalmente, recebi uma carta de ameaça, do Comando de Caça aos Comunistas. Não só eu, como outros Deputados desta Casa, assim como também jornalistas deste Estado. Infelizmente não posso apresentá-la, porque, imediatamente, ao recebê-la — talvez devesse ter entregue à Polícia, foi erro meu — entreguei-a à imprensa imediatamente, e esta noticiou-a.

Pelo menos, neste momento, alguém está brincando de caça aos comunistas, e este Deputado recebeu tal ameaça.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Nós jamais tivemos, em mãos, qualquer documento. Por isso é que eu digo que, pelo menos por enquanto, é uma entidade fantasma, porque nós nunca tivemos em mãos, um documento deste.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu só levantei o problema, porque eu recebi, aqui, no endereço da Assembléia e o Deputado Trajano Bastos também recebeu, uma ameaça partindo dessa instituição que, obviamente ...

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Nós, na Polícia, nunca vimos esse documento, inclusive agora o advogado Walter Dantes disse que havia recebido. Nós acreditamos que Vossa Excelência haja recebido.

O SR. DENI SCHWARTZ — Então fica a denúncia, pública. A denúncia de que, fantasma ou não, alguém está brincando de caça aos comunistas.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Existem elementos exaltados aqui, de direita, de esquerda, que podem se valer disto. Mas não houveram casos de violências, nunca houve o caso por exemplo de jogarem uma bomba ou de ameaçarem colocar uma bomba em algum colégio, de parte do Comando de Caça aos Comunistas. Jamais tivemos conhecimento disto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Com as recomendações anteriormente feitas, concedo a palavra ao Deputado Lineu Turra. O Deputado Fidelcino Tolentino deverá aguardar, por ordem de inscrição.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Secretário, eu perguntaria a Vossa Excelência, se Vossa Excelência considera, ou considerou o caso da professora Juracilda, como um caso típico de seqüestro?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Até o momento, no pé em que se encontra o inquérito, evidentemente nós consideramos como um seqüestro, pela definição do Código Penal, que considera crime de seqüestro, privar alguém da sua liberdade, mediante seqüestro, em cárcere privado. Isto é crime de seqüestro, pelo Código Penal. Foi o caso. Pelo menos o que se nos apresentou no momento, e, etimologicamente, a retenção de alguém, ilegalmente, com privação da sua liberdade.

Foi, até o momento, o que se passou. Então, para nós é um seqüestro.

O SR. LINEU TURRA — Quer dizer que Vossa Excelência baseou todas as diligências policiais, no Código Penal. E nós teremos, no caso, a Lei de Segurança Nacional, que trata especificamente, do seqüestro, que está numa outra área que não é a área de Vossa Excelência.

Como é que Vossa Excelência vê este conflito de atuação entre a Polícia Civil e a Polícia Federal, que é a responsável pelo setor de segurança, e, o crime de seqüestro, se está previsto na Lei de Segurança Nacional?

Vossa Excelência poderia nos dizer se há a possibilidade de a autoridade, seja policial ou, mesmo, na área da polícia federal, praticar o seqüestro ou o crime de cárcere privado?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — O crime de cárcere privado? A autoridade praticar o seqüestro?

O SR. LINEU TURRA — Certo.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Eu acho que não. Não há possibilidade absolutamente.

O SR. LINEU TURRA — E se a autoridade que praticou esses fatos for autoridade policial ou da área federal, qual será a atuação da Polícia, sob a orientação de Vossa Excelência?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Se a autoridade praticar esse ato, se não for baseado em Lei de Segurança, é um seqüestro. Só pode deter alguém, prender alguém sem mandado de prisão ou em flagrante delito, só pela Lei de Segurança.

O SR. LINEU TURRA — O seqüestro, na Lei de Segurança

Nacional é crime que não pode ser praticado pela autoridade federal. É claro, evidente que só pode ser praticado ...

O SR. ALCINDO GONÇALVES — A lei não pode praticar o seqüestro. Qualquer autoridade: não pode praticar o seqüestro.

O SR. LINEU TURRA — Quer dizer, se foi o caso da professora Juracilda que até agora Vossa Excelência considera como um seqüestro, ele está previsto na Lei de Segurança Nacional. Então vai haver aí um conflito de jurisdição. Vossa Excelência não entende dessa forma, porque várias autoridades, várias declarações que foram feitas, foi considerado como "seqüestro" o caso da professora Juracilda. E Vossa Excelência então afirma que é um caso de seqüestro?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Da professora Juracilda é.

O SR. LINEU TURRA — Então está enquadrado na Lei de Segurança Nacional?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não. No Código Penal: "Crimes contra a liberdade individual" — Artigo 148, Capítulo VI, página 164.

O SR. LINEU TURRA — Senhor Secretário, para abreviar, atendendo à solicitação.

Eu teria uma pergunta a fazer a Vossa Excelência. O caso aconteceu recentemente no Taboão, onde um jovem de vinte e um anos, deveria ser intimado para depor na Delegacia de Costumes, de crimes contra os costumes, foi assassinado com um tiro na nuca. Vossa Excelência tem conhecimento do caso? Aonde está se procedendo o inquérito sobre o fato, e se o delegado responsável pela autorização para fazer a prisão desse rapaz, quando deveria ter sido apenas uma intimação, foi afastado de suas funções.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não. Havia mandado de prisão e está correndo inquérito no 4.º Distrito. Estava intimado a comparecer, por crime de estupro para prestar declarações. Resistiu. Foi detido e foi lavrado o auto de resistência, no Distrito.

O SR. LINEU TURRA — Vossa Excelência teve conhecimento do assassinato desse jovem com um tiro na nuca, que deveria ter sido apenas intimado para depor num inquérito policial, no qual estava indiciado pela prática do crime de estupro e sedução?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Agora o inquérito está no Distrito. Vai para a Justiça. A Justiça é que vai julgar.

O SR. LINEU TURRA — Eu queria saber qual a medida administrativa com relação ao Delegado de Polícia que determinou uma prisão, quando deveria ter sido feito apenas uma intimação?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — ... Ele determinou a condução e, não a prisão; e, houve resistência.

O SR. LINEU TURRA — Mas, de qualquer forma uma intimação, não concebo que o Delegado de Polícia prenda, mande prender um cidadão, quando ele deveria ter, tão somente, mandado intimar, porque a prisão, Vossa Excelência sabe que só pode ser feita ...

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não era a primeira intimação; ele não obedeceu as intimações anteriores.

O SR. LINEU TURRA — Mas, poderia não obedecer; seria processado como revel; mas, nunca ser conduzido preso.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Ele é obrigado a comparecer. Pode ser conduzido.

O SR. LINEU TURRA — Eu acho que a lei não autoriza um comportamento dessa forma, ele poderia ser preso após a sentença, mas, o delegado, eu acho que só pode, qualquer cidadão pode prender em flagrante delito, ou após cometido...

O SR. ALCINDO GONÇALVES — O Código de Processo Penal autoriza a condução coercitiva.

O SR. LINEU TURRA — Mas só com ordem judicial, Dr., Vossa Excelência vai me desculpar.

O Delegado de Polícia, não foi afastado das funções —

era a resposta que eu queria de Vossa Excelência.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Foi instalada sindicância para apurar os fatos e está correndo o inquérito pelo distrito pelo outro fato.

O SR. LINEU TURRA — Pois não; muito obrigado, Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pelo que me consta, o Senhor Secretário deveria estar presente, aqui, até às cinco horas da tarde; então, eu consultaria Vossa Excelência da conveniência de estarmos aqui, porque nós temos diversos compromissos e não sei qual seria a atitude que Vossa Excelência...

Então, eu acharia de bom alvitre Vossa Excelência dar por encerrada a sessão porque o prazo estabelecido é até às cinco horas, Sr. Presidente.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria e já responderá à questão de ordem, do Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, do lado de cá, temos compromisso com o Estado do Paraná; esse nos reterá, aqui, por quanto tempo necessário for.

Mas, não nos desatentemos às preocupações do lado de lá. Se necessário for...

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem. Nós também temos...

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, eu estou encaminhando a questão de ordem.

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência quer por ordem aos trabalhos; solicita que o Sr. Deputado Enéas Faria ao formular a sua questão de ordem, não agrida o seu colega de bancada.

O SR. ENÉAS FARIA — Absolutamente...

O SR. PRESIDENTE: — ... que faça, emita o seu conceito, todavia, sem ferir a dignidade parlamentar do eminente Deputado Gabriel Manoel, a quem a Presidência ainda deve uma resposta à questão de ordem, que formulou. Devolvo a palavra ao Deputado Enéas Faria para concluir a questão de ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, eu não posso e lamento não poder conhecer, com profundidade, as susceptibilidades do eminente Deputado Gabriel Manoel, mas digo aqui, de pública voz, Sr. Presidente, em momento nenhum pretendi ofender Sua Excelência, creio que defender e ter interesse no Paraná, não é ofender, digo, não é agredir ninguém e deve ser do interesse de todos, nesta Casa, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, fixo-me na questão de ordem. Sei...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência deseja, inicialmente, esclarecer — defendem-se os interesses do Paraná, aqui e, lá fora, em todos é quaisquer atos, que qualquer cidadão, investido de cargo eletivo, ou não, possa, no seu procedimento, assim proceder. E solicito, encarecidamente, ao eminente Deputado Gabriel Manoel, que permita que o Deputado Enéas Faria conclua a questão de ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, conheço, agora, a questão levantada pelo Deputado Gabriel Manoel, trazida pelo ilustre Líder do Governo nesta Casa; parece que temos, ainda, a deliberar sobre a Ordem do Dia e outras questões. A convocação de Sua Excelência não fixa, Sr. Presidente, não se prende, nem se limita a apenas uma sessão, apenas um momento. Poderemos, se for da aquiescência da Mesa e se for, também,

da conveniência do Sr. Secretário, encerrarmos esta etapa, desse depoimento, desse trabalho, para voltarmos, para retornarmos com Sua Excelência, no dia de amanhã, os trabalhos referentes à convocação. Ou então, Sr. Presidente, que fiquemos aqui até se esgote esta questão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência deve a Sua Excelência, o Sr. Secretário dos Negócios da Segurança Pública do Estado do Paraná, General Alcindo Pereira Gonçalves, atenções que a hospitalidade desta Casa e deste Poder sempre — e é uma honra ressaltarmos — devotaram a qualquer personalidade que aqui vem convocada ou de exponte própria. Sua Excelência, o Sr. Secretário, quando o Sr. Deputado Gabriel Manoel levantava questão de ordem da decorrência do tempo, se dispunha a permanecer respondendo perguntas por mais quinze minutos. E, pergunto se isso satisfaz ao eminente Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, apenas pela ordem, para responder.

Nós estamos plenamente satisfeitos, e para responder, não sei se é regimental, a questão demagógica do ilustre Deputado Enéas Faria, que esta Casa é uma Casa muito séria, Sr. Presidente, e não estamos aqui para escutarmos piadas demagógicas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, com as recomendações anteriormente feitas ao ilustrado Plenário, para que se procure formular perguntas sem emitir conceitos, ou justificá-las para que possamos ganhar tempo e ouvir o maior número de Deputados inscritos.

Com a palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Secretário, a gente quando ingressa na vida pública, naturalmente fica conhecendo muitas facetas das nuances sociais. E na militância profissional, evidentemente que se depara e se confronta com a Polícia, e com a Justiça e com o homem em si. E o problema da Polícia, penso eu, que está jungido hoje a aspectos de ordem social, quer por sua vez tem fulcro na ordem econômica como premissa e sobretudo também, hoje no País, na ordem institucional.

Mas tudo isso, Sr. Secretário, leva à sociedade, a uma mobilização em todos os níveis, em todos os campos de atuação e isso, naturalmente através do tempo para que haja o acomodamento dessas camadas. Estabelecem-se esses confrontos, essas divergências e a sociedade que hoje recebe, principalmente nas concentrações populacionais, nas cidades de maior porte, recebe um enorme contingente como bem salientou Sua Excelência, da população rural despreparadas do convívio habitacional aglomerado, e isto naturalmente traz diversas dificuldades; nós bem conhecemos isso.

Mas na Polícia, Sr. Secretário, sobretudo hoje, percebe-se uma reclamação generalizada relativa à prática da controvérsia chamada “jogo de bicho”. E Vossa Excelência sabe que a sociedade vive às voltas com este problema e não há como dissipar este problema. Eu pergunto a Vossa Excelência, como na minha região sobretudo em Cascavel que a prática é pública, notória e acintosa até do jogo do bicho. Fala-se até e quero fazer um paralelo aqui, que transmiro a informação difusa que existe na sociedade, de que até o Delegado participa dos resultados da prática do jogo de bicho. E que membros do Diretório da ARENA também participam e falam até em quantias mensais etc. etc. Pergunto a Vossa Excelência, no contexto paranaense, há alguma postura da Polícia, com relação a coibição desses abusos ou dessa contravenção penal? Esta é pergunta.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Desde criança que eu vejo dizer que a Polícia recebe dinheiro do jogo do bicho, e que vive à custa de prostituição. Então, a Polícia para se livrar dessa pexa, não é fácil. Evidentemente que, o jogo do

bicho é uma contravenção, Vossa Excelência sabe que a Secretaria de Segurança através da Polícia Civil e da Polícia Militar, não tem condições para combater com eficiência, a criminalidade. Então, ela estabelece prioridades, o jogo do bicho é uma contravenção de difícil prevenção, porque, é uma contravenção que precisa de flagrante, precisa pegar o material, precisa testemunha, e o mais que se consegue, é se pegar um posto de um bicheiro que está vendendo ali, é um como se diz, “pé no chão” e nunca se consegue pegar evidentemente, uma pessoa importante. De forma que nós, preocupados com tantos problemas, como sejam: Prostituição, delinquência infantil, tóxico, e não temos condições. E o jogo do bicho nós combatemos e eu confesso francamente, não vou com hipocrisia, nem quero mentir aqui, se combate o jogo do bicho mas, quase que se combate aquilo que nos vêm praticamente às mãos, porque há dificuldade de se combater o jogo do bicho.

E como existem coisas mais importantes, nós estabelecemos prioridades. Agora, o que eu estranho também é que determinada imprensa faça um bruto alarme a respeito do jogo do bicho que ela sabe que existe há vinte anos em Londrina, por exemplo, fale dois dias e depois nunca mais fale. Quer dizer, isso também dá para desconfiar, que haja uma corrupção do outro lado, porque a coisa só está do lado de cá. Denuncia, faz o alarme, faz uma bruta onda como se diz na gíria, e de repente cala. Eu acho esquisito.

Agora, nós nunca tivemos denúncia de tal e qual elemento recebe dinheiro. Qual o nome dessa pessoa que recebe em Cascavel, qual o elemento da ARENA que recebe dinheiro. Quanto recebe? Gostaria de ter isso às mãos, evidentemente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Secretário:

Vossa Excelência bem sabe, que para declinar nomes, a gente ingressaria num campo de difícil situação, não só, da ordem política, mas, da ordem legal também. E caberia à Polícia fazer investigações.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Ai a dificuldade para se combater.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas se a Polícia vai e coteja, e quer realmente, e é neste campo que eu quero ficar. Se se busca e se encontra, homens praticando subversão de natureza ideológica, porque que não se encontraria homens praticando ilícitos de natureza material.

Então, é sob este aspecto que ... e preocupado até com o andamento em que está, o estágio em que nos encontramos.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Mas quando a Polícia procura, num simples acidente de trânsito, não consegue.

É impressionante e Vossa Excelência sabe disso. A pessoa é incomodado, tem que comparecer, tem que fazer declarações, tem que voltar para assinar, tem que chamar novamente, para prestar declarações, tem que acarear com a pessoa, então todo mundo foge de auxiliar a Polícia, que de fato incomoda a pessoa, a testemunha tem um incômodo que não tem medida. De forma que todos fogem de auxiliar a Polícia. E Vossa Excelência sabe disso, estou falando aqui com o coração aberto e Vossa Excelência sabe que é essa que é a verdade. Há muita dificuldade, todo mundo tem desconfiança, uns com medo de serem coagidos, outros por medo mesmo para não prestar declaração, eu acredito. Eu tenho os pés no chão e não gosto de mentir. Eu acho que por coação da própria Polícia, às vezes, acredito isso. Não estou afirmando, estou dizendo que acredito que também haja este motivo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Secretário:

Principalmente, na área de Foz do Iguaçu e no Oeste do Paraná, de um modo geral e, especificamente, agora com a instalação deste complexo hidrelétrico de Itaipu, está criando uma série de dificuldades para a população efetiva, fixa e tradicional da região, principalmente, no aspecto de roubo de automóveis, assaltos, arrombamentos, e Vossa Excelência deve ter conhecimento desses fatos, que estão se tornando

alarmantes. A preocupação que temos, são reclamações constantes, que temos recebido. Inclusive em Cascavel e, recentemente, a Polícia não tem condições de pelo menos coibir o excesso. A gente clama até pelo excesso. Porque as alegações constantes que tem tido, e que V. Ex.^a deve ter recebido ofício desta Casa, formulado por este Deputado, para melhorar o atendimento de gasolina para as viaturas da Polícia, para poder dar busca, ou perseguir esses criminosos.

Queria saber qual é o programa que a Polícia tem para evitar a prática desses ilícitos? Porque está sendo muito difícil para a população e há uma reclamação generalizada, Sr. Secretário.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Eu só vejo uma solução: o aumento de efetivos; justamente nós estamos providenciando. Eu assumi a Secretaria com 1 mil e 200 policiais efetivos. E já tem uma lei, aprovada por esta Assembléia, e que passa para efetivos, 4.600 homens, o que deve passar até o fim do ano ou começo do ano que vem.

Mas, V. Ex.^a sabe que a burocracia emperra um pouco o concurso, seleção, exame psicotécnico e uma porção de exigências. Exame físico, tudo isso retarda muito esse aumento de efetivo.

Depois que o homem é admitido, depois que é nomeado pelo Governador, vai ter que tirar um curso na Escola de Polícia de três meses, depois então é que o homem vai ser distribuído pelas sub-divisões.

Nós estamos tratando desse problema há mais de dois anos. Então, é um problema que assim acredito que já estamos no final da sua solução. Porque não só vai haver um aumento de efetivo, como uma melhora na faixa etária.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas, Sr. Secretário, o que a Polícia de Cascavel, nas visitas que a gente faz àquela delegacia, a reclamação é uma só: — não temos gasolina para perseguir criminosos.

É possível que uma Secretaria de Segurança Pública, um Governo, não aparelhe o organismo de segurança do cidadão para perseguir os criminosos, sabendo-se que existe gasolina inclusive com excesso nos depósitos nacionais? E verbas de gasolina, representação de gasolina. Então, eu faço a V. Ex.^a mais do que uma indagação, faço um apelo a V. Ex.^a para que instrumente materialmente, sobretudo aquela região, e sobretudo Cascavel, que está crescendo desastrosamente. E não é só em Cascavel. É a região inteira; mas sobretudo Cascavel, que está polarizando a concentração da população daquela região. É um apelo que eu faço a V. Ex.^a.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — V. Ex.^a sabe que nós também sofremos as restrições de consumo de gasolina. Isso é nacional. Nós também sofremos restrições. Agora, existe falta, mas não assim que prejudique totalmente. Prejudica em parte, é evidente que prejudica.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas eu quero encaminhar, nesses dias vou encaminhar a V. Ex.^a um fato e vou até pedir que seja formulado manuscritamente pela pessoa e vou encaminhar a V. Ex.^a. É uma questão que não vai aqui agora.

Outra pergunta que eu queria fazer a V. Ex.^a é que em Cascavel eu tive a oportunidade de verificar o encarceramento, ou a detenção, se assim poderia dizer, num cubículo, de aproximadamente 20 menores, misturados com adultos, com adolescentes, com crianças menores e sem nenhuma condição humana, de permanência desse contingente naquele cárcere.

V. Ex.^a tem conhecimento disso?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não tanto agora. Tenho conhecimento que existe uma superpopulação carcerária, na Delegacia, e que existe menores presos, por determinação do Juiz e com o conhecimento do Juiz, isso eu tenho conhecimento...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas V. Ex.^a é outra coisa...

O SR. ALCINDO GONÇALVES — V. Ex.^a veja também a situação. O homem é preso como delinquente. Não pode mandar para a Penitenciária, porque não comporta; eu não posso liberar o homem; não posso acorrentar fora do xadrex, tenho que botar no xadrez. Então fica aquele excesso de presos numa cela; evidentemente fica. Mas V. Ex.^a vê que não tem outra saída também, porque eu não posso liberar o homem...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas o problema não é esse, Sr. Secretário.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — O homem foi preso, cometendo um crime.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A dificuldade se encontra...

O SR. ALCINDO GONÇALVES — ... há dificuldade, evidentemente há dificuldade.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A dificuldade está no misturamento de comportamentos. O adulto, o delito praticado por adultos, misturado com crianças, carentes, está tudo uma coisa só, misturado. E é este o problema...

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Mas nós não temos prisões separadas para crianças, para menores, o Juiz sabe disso.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Então, a Delegacia poderia encaminhar para Curitiba, para a Delegacia de Menores.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Mas, aqui também não comporta. Está superlotado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Então, melhor seria deixar as crianças soltas.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Mas, o Juiz determina, o que eu posso fazer, Sr. Deputado?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Secretário, com todo respeito, quero dizer a V. Ex.^a que não tinha nenhuma determinação judicial. Eu constatei isso.

Então, deixo à consideração dessa Secretaria, de V. Ex.^a, esses aspectos de ordem propriamente regional.

Mas, gostaria de formular outra pergunta para finalizar: qual o procedimento da Secretaria de Segurança com relação a Delegados afastados em razão da prática de ilícitos, ou por atos que poderiam estar prejudicando o bom andamento do Serviço de Segurança.

Qual é o procedimento: afasta-se, coloca-se em outro município.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Os delegados de carreira são julgados pelo Conselho de Polícia. Os outros, que não são delegados de carreira, em geral, são pessoas humildes, que não têm a mínima responsabilidade, não têm emprego, não têm coisa nenhuma, então, a solução apenas é exonerá-los.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mesmo com prática de crimes?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Havendo prática de crimes, eles responderão por esses crimes. Mas, quando apenas há irregularidades, o único jeito é exonerá-los. Agora, quando praticam crimes, são exonerados, depois respondem pelo crime, são julgados, submetidos ao Conselho de Polícia Civil.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Secretário de Segurança, General Alcindo Pereira Gonçalves, deixando os fatos concretos, e apenas para que, da contribuição de V. Ex.^a trouxe hoje a esta Casa, existem três pontos que podem dar margem a interpretação duvidosa. E pediria a V. Ex.^a sua manifestação sobre o seguinte:

Primeiramente, trouxe V. Ex.^a um quadro que me parece real, ou muito próximo da realidade, com relação a situação da segurança em nosso Estado, afirmando que a Polícia tem condições de combater os efeitos e não as causas.

Por isso, indagaria de V. Ex.^a, se a Polícia não se articulando com outros órgãos dentro da sociedade, na sua ação de comba-

te somente aos efeitos — e V. Ex.^a aí enunciou crimes de delinquência juvenil, tráfico de drogas — estaria a Polícia, em nosso Estado, exercendo apenas uma atividade, ou uma ação, paliativa?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Eu pergunto ao Sr. como combater a prostituição, por exemplo?

Vou exemplificar com fatos concretos: existe reclamação de prostituição da Richuelo. Então, a Polícia vai lá, prende essas mulheres, manda-as para a Penitenciária de mulheres, quando são reincidentes, elas ficam determinado tempo lá. Voltam, nem todas são recuperadas, sem ocupação, são liberadas. Vão novamente fazer a prostituição na Riachuelo. A Polícia dá uma batida lá. Elas vão para a Visconde de Guarapuava. A Polícia dá uma batida lá. Elas vão para outro lugar.

Eu estou me abrindo com os Srs., mas essa é a realidade. Os Srs. sabem que é isso.

Então, estamos combatendo o quê? Os efeitos da má formação, das consequências familiares, efeitos de causas inúmeras.

Eu vim aqui para conversar com os Srs. e até estou gostando desta oportunidade, por causa disso.

A delinquência infantil: a Delegacia de Menores se limita a prender o menor, levar para a Delegacia. O Juiz manda entregar em casa. Existem famílias que não querem receber.

O que nós fazemos com este guri? O Juiz manda entregar em casa porque o guri é delinquente, está na rua. Então ficamos, vamos dizer, com a bomba na mão. Ficamos com o guri ali, o Juiz manda entregar em casa, chega em casa, a família não quer receber, e o que é que nós fazemos? Leva para a Delegacia, não comporta mais, não tem mais lugar para colocar o menor, colocamos 10 num local que só cabem 5, não temos outra saída. O IAM não comporta mais. A Queiróz Filho não é o caso, porque não são criminosos ainda. Então, o Sr. vê que a nossa situação é uma situação difícil, a situação da Polícia é a pior situação que existe.

Porque ela fica com um problema na mão e tem que dar uma solução. Então, ela prende hoje dez menores, amanhã são doze, são quinze, são vinte, vão aumentando, aumentando e o Estado não tem condições nem aqui, nem em lugar nenhum, de amparar, de receber todos estes guris que andam pelas ruas, os trombadinhas ou quem quer que seja. Não tem.

Então, o que eu quis dizer que se combatam os efeitos pela causa, é neste sentido. Nós combatemos a prostituição, a delinquência infantil, desta maneira que estou expondo a V. Ex.^a.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pois não. O depoimento de V. Ex.^a eu acredito que seja mesmo muito valioso.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Eu acredito até que este depoimento seja muito interessante para os Srs.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Secretário General Alcindo, por outro lado V. Ex.^a, reiteradamente, invocou a Lei de Segurança Nacional. Então, a indagação seria a seguinte, a Polícia, ou na sua ação, vamos dizer, entende que no âmbito estadual, ela está ao abrigo da Lei da Segurança Nacional para deter pessoas?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Não, a Lei de Segurança, são crimes da alçada da Polícia Federal.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pois não.

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Pode acontecer um fato ou outro, mas quando nós vemos, no decorrer do inquérito, é da competência, nós, imediatamente, enviamos à Polícia Federal. Foi o caso daquela denúncia que tivemos através do Ministério da Educação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pois não. Por outro lado e, finalmente, V. Ex.^a se referiu ao mau uso dos meios de comunicação. E me parece que V. Ex.^a fez uma alusão mais especial à imprensa. Eu também fiquei em dúvida ao que se definiria aí como mau uso, como se definiria mau uso dos meios de

comunicação?

O SR. ALCINDO GONÇALVES — Se o Sr. me permitisse, eu preferiria até nem falar, porque já fui mal compreendido pela imprensa, dando a idéia que estava combatendo a imprensa. Mas não é isto.

Foi uma explicação que até vou dar novamente aqui. Eu disse uma vez para a imprensa que a publicação detalhada de determinados crimes, principalmente os crimes sexuais, ensejam aqui que espíritos, não bem formados, repitam os mesmos crimes. E a imprensa publicou que eu dizia que a imprensa era culpada pelos crimes existentes.

Isto é um absurdo, é uma barbaridade. Então eu estava colocando uma carapuça de cretino, dizendo que a imprensa era responsável pelos crimes. A publicação detalhada de um crime, principalmente crime sexual, enseja que espíritos mal-formados repitam crimes iguais. Isto V. Ex.^a é testemunha, tem acontecido, os crimes se repetem iguais por explicações muito detalhadas.

Por isto que eu disse. Eu combato a imprensa que em vez de esclarecer o povo, desinforma este povo. É isto que eu combato. Agora, a imprensa, evidentemente, que é necessária. E é muito importante. Mas a imprensa que esclareça efetivamente o povo.

Outro exemplo que vou dar, quando estava na Polícia Federal, houve o incêndio no Edifício Joelma, e a imprensa em Curitiba publicou, e o Ministro mandou proibir, dizendo que quem morasse acima do décimo andar aqui, não podia ser socorrido, ia morrer queimado. Isto é um alarme. Pois se não tem solução acima do décimo andar, o que adianta publicar um alarme destes? Uma notícia alarmista? Isto que eu combato. Não a boa imprensa.

Porque a imprensa não publica:

— Tome cuidado!

— Não jogue cigarro no chão.

— Não fume no elevador.

— Não deixe o gás aceso.

Isto que deveria ser publicado e não dizer que quem está acima do décimo andar vai morrer queimado, se houver incêndio. Então, eu combato a má informação e não a imprensa.

Até foi bom que o Sr. me desse esta oportunidade.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Secretário General Alcindo Pereira Gonçalves, eu não pretendo lhe fazer perguntas, apenas ler, resumir três Certidões da Delegacia de Polícia de Guaratuba, porque entendo também que aquela Delegacia não tem condições de averiguar e ir até o local das ocorrências, do que está ocorrendo, por não ter condições, o que nós entendemos perfeitamente.

Uma Certidão de uma queixa do dia 3 de junho de 1978: (Lê)

“DELEGACIA DE POLÍCIA DE GUARATUBA CERTIDÃO

Certifico em cumprimento a determinação do Senhor Doutor Delegado, a pedido de parte interessada, que revendo o livro de registro de queixas, entre outras encontrei a que transcrevo: DIA 5-06-78 — Registro 286/78 — Agressão — Invasão de domicílio — Prisão ilegal. Às 15,00 horas compareceu nesta D.P. o Sr. Artur Alves, brasileiro, solteiro, com 26 anos, filho de Manoel Ermelino Alves e de Sofia Alves, natural de Ribeirão Grande, Distrito da localidade dos Canavieiros, neste Município de Guaratuba, onde é residente, relatando que por volta das quinze horas do dia 2 do corrente, se deslocara na área de terra de Leão Júnior, no alto da Serra, sendo encarregado José de tal; que ao regresso para a sua casa, passou na casa de seu irmão Marcílio Alves e, lá quando se encontrava fazendo uma refeição.

ção, ouviu barulho de pessoas chegando, que então viu a pessoa do conhecido Oscar de Tal "Jagunço Chefe dos pistoleiros" do Coronel Buridan, Chefe de Segurança das Reflorestadoras Banco do Estado do Paraná; que o mesmo então sem motivos justificados, dirigiu-se ao queixoso e deu-lhe voz de prisão, momento em que o queixoso solicitou-lhe a intimação da Delegacia de Polícia de Guaratuba, respondendo o mesmo que não precisava daquilo, porquanto tinha autoridade para prender qualquer um em todo o Estado do Paraná e, que mandava em qualquer Delegacia; que então o queixoso teve a sua casa invadida e puxado para fora, tendo as suas mãos amarradas com corda de "nylon", além de ter apontado para o queixoso um revólver calibre 38 e, o outro tinha na cinta; que Oscar de Tal se fazia acompanhar do seu próprio filho Germano e Aparecido de Tal, além de um grande cachorro; que o queixoso espancado, foi conduzido para a Delegacia de Morretes, digo, para o acompanhamento da Polícia Florestal, onde ficou algemado até o dia seguinte e, após pelo Tenente Vergés foi conduzido para a Delegacia de Morretes, onde ficou no xadrez pelo espaço de quatro horas, sob a alegação de que o queixoso estava caçando e roubando nas terras do Banco do Estado, o queixoso esclarece que todos costumam se apresentar fortemente armados; que em virtude desta atitude, os queixosos são obrigados a abandonarem as suas moradas, criações, plantações, etc. etc. devido às ameaças que sofrem da parte daqueles jagunços, assina a rogo do queixoso o seu irmão Marcílio Alves. (a) Marcílio Alves. Nada mais, lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu, Escrivão que o datilografei e subscrevi.

Guaratuba, 05 de junho de 1978.

(a) Airtton Bizzotto – Escrivão
R.G. 251.365-PR"

Por coincidência, Senhor Secretário, eu cheguei à Assembleia já tarde, quando V. Ex.^a já participava da sessão. Uma pessoa de Guaratuba veio à nossa presença e nos trouxe xerox dessas certidões, solicitando inclusive, que na próxima semana nós fôssemos à Guaratuba, onde então os moradores daquela região toda, Canavieiras, Limeira, interior de Guaratuba, na Serra, pretendia uma reunião com este Deputado, para explicar o terror que ali passa, através desses jagunços e dizem até com a participação da Polícia Militar. Razão pela qual encaminho a V. Ex.^a essas 3 certidões, para que V. Ex.^a se inteire do fato e tome as providências necessárias.

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Eu só tenho uma explicação ao Senhor.

As providências que nós tomamos, é quanto à parte de ameaças, desarmamento de região. Agora, quanto ao problema de terras, nós encaminhamos sempre à Justiça, porque é um problema que nós não temos competência para interferir, até onde é o limite da terra, a terra é minha, a terra é dele. Isso nós não fazemos. E não fazemos porque fazemos defesa contra ameaças, desarmamento da região, do pessoal e tomamos providências nesse sentido.

O SR. ADALBERTO DAROS – Concorde com V. Ex.^a, apenas eu gostaria que essa providência fosse tomada através da Delegacia de Guaratuba.

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Quando é um caso maior assim, nós tomamos providências – já que há uma denúncia que não se fez nada, – nós mandaremos gente daqui, é evidente.

O SR. ADALBERTO DAROS – Exato. Eu agradeço.

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Pode encaminhar, que ficaremos agradecidos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Concedo a palavra ao Deputado Waldenício Barbalho, se ainda deseja arguir.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – Serei breve, Senhor Presidente.

Senhor Secretário, em Paranavaí, através de representação, foi instaurado um inquérito para apurar a prática ilegal

do jogo do bicho. O que aconteceu? Estava no exercício da 14.^a Sub-Divisão Policial daquela cidade, o Dr. Clóvis Roberto Ribas, em substituição...

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Por obséquio. Eu não estou ouvindo bem.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – Estava no exercício da 14.^a Sub-Divisão Policial, o Dr. Carlos Roberto Ribas, em substituição ao titular, Dr. Luiz Barros e Silva.

O inquérito foi instaurado. As testemunhas foram ouvidas. O promotor público foi convidado nesta oportunidade, e houve declarações de testemunhas afirmando que o delegado titular daquela Divisão policial ou sub-divisão, teria recebido a importância de cerca de 40 mil cruzeiros para admitir a prática do jogo do bicho em Paranavaí.

Muito bem: o inquérito foi concluído e naturalmente encaminhado à Comarca de Paranavaí.

Mas o que causou verdadeiro mal-estar à população de Paranavaí, porque tal iniciativa de V. Ex.^a que não sabemos se foi por interesse administrativo ou interesse de serviço, ou em obediência a ordens superiores de S. Ex.^a o Governador, que tem dado atendimento para infelicidade do Paraná ao comando político, esse moço, iniciando a carreira, delegado de concurso, foi transferido de Paranavaí, e toda a população, inclusive eu, recebi essa transferência como uma condenação aos relevantes serviços prestados pelo subdelegado.

Então, pergunto eu a V. Ex.^a. De quem teria sido a iniciativa para a transferência desse subdelegado?

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Foi criado um problema grande em Paranavaí com isso. Ele se socorreu da Polícia Militar na suposição, antes de se apurar qualquer coisa, que o delegado vinha recebendo dinheiro de jogo do bicho: o delegado Luiz de Barros. Então, preliminarmente, mandamos apurar, fazer o inquérito e afastamos os dois e ele foi, se não me engano, para um lugar bem perto dali, até que ele queria, se não me engano. Mas, mesmo que não quisesse, a responsabilidade da transferência dos dois foi minha, exclusivamente minha. Não foi a mando nem por solicitação de ninguém.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – A mim não me compete emitir conceito a respeito da iniciativa de V. Ex.^a no exercício da Secretaria de Segurança. Apenas eu disse que a população recebeu a transferência do moço que iniciava a sua carreira, como uma punição ao delegado que no exercício de sua função, estava cumprindo com o seu dever, inclusive, para apurar responsabilidade contra o titular da Sub-Divisão Policial. Mas, Sr. Secretário...

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Antes de tomar essa decisão eu conversei muito com o juiz, o promotor, tinha mais de 6 ou 8 pessoas da justiça, lá, em Paranavaí, foi quando o Governo esteve instalado em Paranavaí. Conversei, longamente, com o juiz, promotores, para tomar uma decisão e, achei melhor, afastar os 2, no momento.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – Bom, eu respeito a opinião de V. Ex.^a, embora discorde.

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Pode não ter sido a certa, mas eu me responsabilizo, eu que tomei a decisão. Eu não tenho a pretensão de tomar sempre as soluções acertadas, mas, agora, eu quero dizer que o responsável fui eu. Evidentemente, sem querer proteger ninguém. Se alguém pode precisar de proteção sou eu e, não, essas pessoas que o Sr. citou. Mas, de qualquer maneira eu assumo a culpa ou a responsabilidade, culpa se for culpado e, responsabilidade se eu acertei.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – Naturalmente, se V. Ex.^a está assumindo a responsabilidade desapareceu, aquela presunção desapareceu – de comando político, de Governador, de autoridades influentes, eu até retiro o que disse, porque V. Ex.^a assume a responsabilidade.

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Não foi; e, se houvesse isso,

poderia me esquivar de outra maneira; não diria claramente mas, teria um meio de me esquivar, é evidente, o Sr. me entende perfeitamente. Não foi; evidentemente, estou dizendo, não houve interferência; fui, absolutamente, eu quem decidi.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – Mas, de qualquer maneira,

Sr. Secretário, eu espero que a ação da Polícia seja de tal ordem a por termo ao jogo do bicho, no Paraná, porque se Londrina é uma espécie de capital do jogo do bicho, V. Ex.^a mesmo afirmou que há 20 anos existe, ou desde que se tem notícia...

O SR. ALCINDO GONÇALVES – ... (ininteligível)...

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – ... ou dão notícia da existência do jogo...

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Eu acho que o Sr. conhece a história que diz que o poste tem 3 donos, no Rio de Janeiro – em cima, é da Força e Luz, no meio é do bicho e, embaixo, é do cachorro. Porque o poste vive cheio daqueles talõesinhos do jogo do bicho, isso é piada, até, que dão no rádio, na televisão, é público e notório e eu não posso aqui negar, é uma hipocrisia negar que não há jogo do bicho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – Afinal de contas, os fatos públicos e notórios independem de prova. Assim como existe o jogo do bicho, existe a prostituição; mas eu creio, mais fácil no extermínio da prostituição, porque depende de ação, puramente voluntária, eis que o Governo cobra imposto sobre as casas de tolerância, todos. Então, é mais difícil acabar a prostituição; eu acredito, muito mais, no extermínio da prostituição, que foi um tema levantado por V. Ex.^a, do que na eliminação, pura e simples, do jogo do bicho. Mas, faço votos que a Secretaria de Segurança consiga.

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Não quer dizer com isso, que não se combate o jogo do bicho. Absolutamente, o Sr. me entenda. Sempre se tenta. Agora, eles têm sido todos absolvidos na Justiça, por falta de provas, porque há dificuldade em caracterizar um flagrante com testemunhas, com provas; há muita dificuldade; evidentemente, há. E todos têm sido absolvidos; não é porque tenha sido mal feito. É porque não conseguimos provas, assim, pegamos uns coitados aí, que para eles tanto faz ser preso ou não; para eles até é vantagem ser preso; eles só vendem o bichinho, ali, e tal, é um preposto, é um pé de chinelo, como se costuma dizer, que não há interesse.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO – Eu agradeço a V. Ex.^a.

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Eu quero terminar, aqui, eu já fui um pouco mal interpretado pela imprensa. Então, aqui, eu quero dizer que a imprensa, não leve a mal, eu não sou contra a imprensa, sou a favor da imprensa, mas devo dizer, sempre a favor da imprensa, imprensa que tem a obrigação, que tem obrigações com o povo, a imprensa que tem que esclarecer e bem informar esse povo. E isso eu acho, puramente, eu acho formidável, acho válido mas a imprensa que esclareça o povo no bom sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Ao último Sr. Deputado inscrito, concedo a palavra, Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – Sr. Secretário, uma das maiores reivindicações atualmente das Delegacias do interior, ou reclamações, têm sido com relação às viaturas. Eu perguntaria a V. Ex.^a se existe algum plano da Secretaria com relação à renovação da frota das Delegacias.

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Nós já adquirimos nestes três anos, 317 viaturas. Estamos com mais 120 viaturas que devemos adquirir agora já com crédito concedido pelo Sr. Governador, e devemos ter, dentro de três meses, as viaturas aí. São 110 viaturas, mais ou menos. Porque existe no Estado 68 municípios, 68 delegacias que não têm nenhuma viatura. O que eu estou aqui falando aos Senhores é a realidade, não estou escondendo coisa nenhuma. Existem 68 municípios que não têm uma viatura. Agora, é porque não havia viatura

na Secretaria de Segurança. Depois foi criado o FUNRESPOL e o FUNRESTRAN foi que se comprou viaturas, foram compradas viaturas. E essas viaturas foram compradas todas ao mesmo tempo na gestão do anterior, e estão acabando todas ao mesmo tempo. Então eu comprei 317, mas não foram mais 317. A maioria foram para substituição.

Elas têm um desgaste muito grande. A viatura na Polícia com três anos não presta mais.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – Muito obrigado.

Mais uma pergunta, com relação aos prédios. Evidentemente a Segurança, principalmente no interior, está na qualidade dos prédios; se existe também um plano de obras para as Delegacias do interior?

O SR. ALCINDO GONÇALVES – Existe. Pretendemos este ano construir umas 40 Delegacias. Ainda ficam, talvez, outras 40 em situação difícil. Vamos estabelecer prioridades, começar por aquelas que são de madeira; existem muitas delegacias de madeira, delegacias são uns casebres, uns verdadeiros casebres. Mas nós pretendemos construir este ano, ainda este ano, 40 Delegacias. Delegacias de 120 metros quadrados, em cidades pequenas que não são sede de Comarca, se constrói em 4 ou 5 meses essas Delegacias.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – Eu gostaria, sendo o último orador inscrito a fazer as perguntas, agradecer a sua presença aqui, General e Secretário de Segurança Pública, e esta Casa entendo, pela conclusão dos debates, das perguntas e respostas, acredito que esteja plenamente satisfeito com o relatório que a sua Secretaria fez da tribuna, aos representantes do povo do Paraná. De minha parte agradeço e, sabedor do seu plano de trabalho, sabedor do seu empenho como homem público, conhecedor da problemática da segurança pública do Estado, estou ao seu lado Sr. General, como representante de parcela do povo paranaense para auxiliar a V. Ex.^a no atendimento em benefício dessa gente de nosso Estado.

Muito obrigado pela sua presença, Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – A Presidência vai considerar as palavras finais do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, como se foram as ditadas pela liderança da Aliança Renovadora Nacional. E como é de praxe, concedo ao Sr. Deputado Enéas Faria, líder do M.D.B., para que também fale nas conclusões desta sessão.

O SR. ENÉAS FARIA – Sr. Secretário, nos cabe agradecendo a presença de V. Ex.^a, agradecer a maneira espontânea com que se conduziu neste trabalho junto à Assembleia Legislativa do Paraná.

Penso, que das informações que V. Ex.^a trouxe, poderemos proceder estudos, proceder análises, proceder levantamentos capazes de nos levar numa avaliação maior a uma proposta de trabalho mais incisiva, melhor formulada e buscando atingir melhores objetivos.

E ao agradecer, Sr. Secretário, ficáramos profundamente gratificados se V. Ex.^a nos concedesse resposta a uma última indagação.

A mim me parece, e creio ou até melhor, porque seria afetação colocar singularmente a questão assim. Parece à Nação que as causas maiores de todos os problemas também e aqui hoje tratados, as matrizes geradoras de toda essa problemática se situam basicamente em três questões: a ordem jurídica neste País violentada e por isso mesmo tumultuando a vida da Nação, que vaga ao sabor da conveniência dos pacotes embrulhados pelos poderosos; a ordem prostituída e por isso mesmo, trocando de leito, ao mando dos Srs. do momento; a ordem econômica antinacional, antipovo, concentradora e corruptora, injusta e aviltante à dignidade da própria criatura humana. Como se posiciona pessoalmente V. Ex.^a Sr. Secretário, diante do quadro em que mergulhou a Nação, de prepotência, de violência, de arbítrio e de injustiça social.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Pela ordem, concedo

a palavra ao Sr. Deputado Quielise Crisóstomo.

O SR. QUIELISE CRISÓSTOMO — Regimentalmente, e de acordo, acordo feito, de cavalheiros, que cada orador fizesse uso da palavra para perguntas apenas uma vez.

Evidentemente, como Líder da bancada do MDB, o Deputado Enéas Faria, teria o privilégio de usar da palavra para encerrar o assunto por mais uma vez. Contudo, não está se conduzindo como líder, e sim, voltando a usar da palavra para proferir perguntas.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que fosse mantido o acordo de cavalheiros. E gostaria que o nobre Deputado Enéas Faria, não usasse do privilégio como Líder, de não obedecendo a regra do jogo, voltar a fazer perguntas que dentro do combinado, já foi terminado o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência considera a Questão de Ordem do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, todavia, também considera válido que o Sr. Líder do MDB tenha emitido os conceitos que emitiu, e conceitos eminentemente pessoais, políticos e dentro da linha defendida pelo MDB, como Partido de Oposição. A Presidência todavia, entende que a pergunta é extemporânea, e foge a toda a regra parlamentar.

E portanto, pede ao Sr. Secretário, data vênia, do seu entendimento pessoal, que não responda a última pergunta porquanto, ela encerra posicionamento pessoal de S. Ex.^a, e poderia constranger S. Ex.^a de emitir nesta Casa, de pronto, sem um amplo posicionamento, conceitos que poderiam quem sabe até, deixar S. Ex.^a constrangido.

E diante da tradição deste Plenário e desta Casa, a Presidência pede que S. Ex.^a deixe de responder a última pergunta porque como disse, foge a toda sistemática de arguição.

E devolve a S. Ex.^a se desejar, para tão somente encerrar a sua participação neste debate, que a Presidência considerou em nome da Casa, salutar.

O SR. ALCINDO PEREIRA GONÇALVES — (Secretário de Segurança Pública). — Eu termino por agradecer os Srs. Deputados, e fiquei satisfeito em me apresentar nesta Casa,

para dar conhecimento das dificuldades com que luta a Polícia.

E isso foi muito bom, porque botei V. Ex.^{as} a par das dificuldades, e também mostrei que apesar de todas as coisas mal feitas, pela Polícia, ela tem prestado grandes serviços a este Estado, dentro das suas deficiências que não são poucas.

E aproveito a oportunidade para fazer um apelo a V. Ex.^{as} aqui presentes, que ajudem a Polícia, para que a Polícia possa efetivamente corresponder aquilo que o povo dela necessita.

E muito obrigado por esta oportunidade que me deram. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência da Assembleia Legislativa do Estado, em nome da Mesa e dos Senhores Deputados, agradece a presença do Sr. Secretário dos Negócios da Segurança Pública do Estado do Paraná, General Alcindo Pereira Gonçalves.

E ao mesmo tempo se parabeniza com os Senhores Deputados de ambas as bancadas que se conduziram, durante esta sessão, de forma a ressaltar o bom nome e a tradição desta Casa, na afabilidade e no bom trato de todos quantos nesta Casa têm oportunidade de comparecer.

A Presidência informa ao Plenário que, por decisão das lideranças, perfeitamente sintonizadas, com interesse da Presidência, deixa de colocar a Ordem do Dia, à consideração do Plenário, considerando que já são passadas as 18,00 horas. Todavia, pede que se inclua a Ordem do Dia da presente sessão, para a sessão matutina de amanhã, considerando que há o interstício regimental desde que esta Ordem do Dia fora anunciada ao final da Ordem do Dia da sessão de ontem, segunda-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, quarta-feira, às 10,00 horas, com a mesma Ordem do Dia já anunciada anteriormente e a

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 150/78.

Levanta-se a sessão.